Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 8

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 19

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 20

Demonstração do Valor Adicionado 21

Relatório da Administração 22

Notas Explicativas 33

Proposta de Orçamento de Capital 135

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 148

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 149

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 151

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 152

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 153

Motivos de Reapresentação 154

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	24/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	25/05/2011	Ordinária		0,02324
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	18/05/2011	Ordinária		0,07083
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	10/08/2011	Ordinária		0,02256
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	09/11/2011	Ordinária		0,02221
Reunião do Conselho de Administração	15/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	15/02/2012	Ordinária		0,02478

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	11.290.372	10.611.174
1.01	Ativo Circulante	3.321.139	3.066.029
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.150.422	2.799.730
1.01.02	Aplicações Financeiras	59.523	154.050
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	59.523	154.050
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	59.523	154.050
1.01.03	Contas a Receber	62	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	101.025	111.921
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	101.025	111.921
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.107	328
1.01.08.03	Outros	10.107	328
1.01.08.03.03	Outros créditos	10.107	328
1.02	Ativo Não Circulante	7.969.233	7.545.145
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	323.763	380.095
1.02.01.06	Tributos Diferidos	29.164	27.144
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.164	27.144
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	51.652	160.557
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	51.652	160.557
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	242.947	192.394
1.02.01.09.03	Depótos judiciais	95.764	90.457
1.02.01.09.04	Outros créditos	15.135	12.630
1.02.01.09.05	Dividendos a receber	67.386	26.584
1.02.01.09.06	Juros sobre capital próprio	64.662	62.723
1.02.02	Investimentos	7.558.785	7.079.849
1.02.02.01	Participações Societárias	7.558.785	7.079.849
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.174.051	6.838.173
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	384.734	241.676
1.02.03	Imobilizado	27.268	27.283
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.185	668
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	83	26.615
1.02.04	Intangível	59.417	57.918
1.02.04.01	Intangíveis	59.417	57.918

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	11.290.372	10.611.174
2.01	Passivo Circulante	241.525	199.166
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	216	56
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	216	56
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	216	56
2.01.02	Fornecedores	2.422	1.455
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.422	1.455
2.01.03	Obrigações Fiscais	103.200	97.505
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	103.200	97.505
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	103.200	97.505
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	762	86
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	762	86
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	762	86
2.01.05	Outras Obrigações	134.925	100.064
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.010	1
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.010	1
2.01.05.02	Outros	133.915	100.063
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	133.910	100.055
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	5	8
2.02	Passivo Não Circulante	6.521	4.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.911	3.494
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.911	3.494
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.911	3.494
2.02.02	Outras Obrigações	23	171
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	23	0
2.02.02.02	Outros	0	171
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	0	171
2.02.04	Provisões	587	494
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	587	494
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	576	494
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11	0
2.03	Patrimônio Líquido	11.042.326	10.407.849
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.04	Reservas de Lucros	6.239.613	5.645.390
2.03.04.01	Reserva Legal	493.683	416.101
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.551.907	4.814.881
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	194.023	414.408
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	61.400	21.146
2.03.08.01	Ganho sobre ativo disponivel para venda	61.400	21.146

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.010	106
3.01.01	Receita bruta	17.010	159
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	0	-53
3.03	Resultado Bruto	17.010	106
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.236.397	1.573.681
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.040	-20.634
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-150.670	-101.927
3.04.05.01	Provisão para desvalorização de investimentos	-51.245	0
3.04.05.02	Amortização do ágio	-99.425	-101.927
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.408.107	1.696.242
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.253.407	1.573.787
3.06	Resultado Financeiro	300.025	199.730
3.06.01	Receitas Financeiras	333.360	238.311
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.335	-38.581
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.553.432	1.773.517
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.804	4.467
3.08.01	Corrente	-3.824	0
3.08.02	Diferido	2.020	4.467
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.551.628	1.777.984
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.551.628	1.777.984
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,27000	0,30000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	1.551.628	1.777.984
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.254	25.470
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.591.882	1.803.454

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.566.557	1.801.603
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	307.081	176.265
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e Imposto de renda	1.553.432	1.773.517
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.177	2.105
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-1.408.107	-1.696.242
6.01.01.04	Provisão para perdas no investimento	51.245	0
6.01.01.05	Amortização de ágio , líquida	99.425	101.927
6.01.01.06	Juros e variações monetárias líquidas	454	-4.457
6.01.01.07	Outras receitas e despeas financeiras líquidas	0	-585
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível baixado	7.362	0
6.01.01.09	Provisão (Reversão para contigênciais cíveis e trabalhistas)	93	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.259.476	1.625.338
6.01.02.01	Recebimento de dividendos e juros s/ capital próprio	1.275.475	1.767.411
6.01.02.03	Fundos vinculados	0	70.097
6.01.02.05	Impostos e contribuições a recuperar	10.896	-24.714
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-5.307	-71.523
6.01.02.08	Coligadas, controladas (Ativo)	-15.211	-128.085
6.01.02.09	Outros ativos	-9.765	-4.185
6.01.02.10	Fornecedores	967	462
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	160	16
6.01.02.13	Impostos e contribuições a recolher	1.871	15.861
6.01.02.16	Coligadas, controladas e controladoras	1.032	0
6.01.02.17	Outros passivos	-174	-2
6.01.02.18	Contas a receber de clientes	-62	0
6.01.02.19	Encargos de dívida e swap	-406	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-295.357	-349.594
6.02.01	Integralização de capital	-216.211	-203.801
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-1.221	-26.382
6.02.03	Aquisição de intangível	-10.800	-4.492
6.02.04	Aquisição de investimento	-161.652	0
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	94.527	-114.919
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-920.508	-513.483
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	3.045	3.580
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	-923.553	-517.063
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	350.692	938.526
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.799.730	1.861.204
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.150.422	2.799.730

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	10.407.852
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	10.407.852
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-543.000	0	-957.408
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-543.000	0	-543.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.551.628	40.254	1.591.882
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.551.628	0	1.551.628
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.254	40.254
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponível para venda	0	0	0	0	40.254	40.254
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.008.628	-1.008.628	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	77.582	-77.582	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	737.023	-737.023	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	194.023	-194.023	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	11.042.326

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	4.400.743	0	-4.324	9.137.732
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	4.400.743	0	-4.324	9.137.732
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-103.200	-430.134	0	-533.334
5.04.06	Dividendos	0	0	-103.200	0	0	-103.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-430.134	0	-430.134
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.777.984	25.470	1.803.454
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.777.984	0	1.777.984
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	25.470	25.470
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponivel para a venda	0	0	0	0	25.470	25.470
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.347.850	-1.347.850	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	88.900	-88.900	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	844.542	-844.542	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	414.408	-414.408	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	10.407.852

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	17.010	-4.427
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.010	159
7.01.02	Outras Receitas	0	-4.586
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	0	-4.586
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.852	-7.487
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.852	-7.487
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.158	-11.914
7.04	Retenções	-153.847	-2.105
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-102.602	-2.105
7.04.02	Outras	-51.245	0
7.04.02.01	Perdas e recuperações de valores ativos	-51.245	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-148.689	-14.019
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.741.467	1.934.553
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.408.107	1.696.242
7.06.02	Receitas Financeiras	333.360	238.311
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.592.778	1.920.534
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.592.778	1.920.534
7.08.01	Pessoal	4.953	6.015
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.755	280
7.08.01.02	Benefícios	342	21
7.08.01.03	F.G.T.S.	104	5.644
7.08.01.04	Outros	752	70
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.748	-3.982
7.08.02.01	Federais	2.632	-4.414
7.08.02.03	Municipais	116	432
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.449	140.517
7.08.03.01	Juros	33.336	140.507
7.08.03.02	Aluguéis	113	10
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.551.628	1.777.984
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	543.000	430.134
7.08.04.02	Dividendos	194.023	414.408
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	814.605	933.442

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	21.634.744	19.611.557
1.01	Ativo Circulante	7.225.333	6.341.469
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.255.486	3.391.601
1.01.02	Aplicações Financeiras	177.470	243.319
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	177.470	243.319
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	177.470	243.319
1.01.03	Contas a Receber	2.078.466	1.958.110
1.01.03.01	Clientes	2.078.466	1.958.110
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	2.078.466	1.958.110
1.01.04	Estoques	22.927	16.504
1.01.06	Tributos a Recuperar	365.262	406.740
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	365.262	406.740
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	365.262	406.740
1.01.07	Despesas Antecipadas	30.580	19.196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	295.142	305.999
1.01.08.03	Outros	295.142	305.999
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	105.515	183.313
1.01.08.03.03	Entidade de previdência privada	6.555	0
1.01.08.03.04	Serviços em curso	156.008	96.588
1.01.08.03.05	Concessão de Serviço público (Ativo financeiro)	27.064	26.098
1.02	Ativo Não Circulante	14.409.411	13.270.088
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.574.930	3.407.074
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	139.142	117.825
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	139.142	117.825
1.02.01.03	Contas a Receber	907.912	1.040.174
1.02.01.03.01	Clientes	907.912	1.040.174
1.02.01.06	Tributos Diferidos	335.265	333.502
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	335.265	333.502
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	39.192	2.960
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.153.419	1.912.613
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	89.227	81.104
1.02.01.09.06	Beneficio fiscal - ágio incorporado da controladora	546.207	598.170
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	302.243	310.409
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente	0	2.676
1.02.01.09.11	Fundos vinculados	55.055	109.789
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulantes	25.744	44.599
1.02.01.09.14	Entidade de previdência privada	37.596	43.702
1.02.01.09.15	Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	1.097.347	722.164
1.02.02	Investimentos	163.873	20.493
1.02.02.01	Participações Societárias	136.081	0
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	136.081	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	27.792	20.493
1.02.02.02.01	Outros investimentos	27.792	20.493
1.02.03	Imobilizado	3.780.995	3.555.823
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.431.000	1.922.709
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	349.995	1.633.114

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.04	Intangível	6.889.613	6.286.698
1.02.04.01	Intangíveis	6.889.613	6.286.698

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	21.634.744	19.611.557
2.01	Passivo Circulante	3.197.986	2.921.322
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	65.496	69.853
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	65.496	69.853
2.01.02	Fornecedores	798.956	759.320
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	798.956	759.320
2.01.03	Obrigações Fiscais	432.606	392.093
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	432.606	392.093
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	432.606	392.093
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.245.777	1.157.479
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	812.252	547.916
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	781.128	497.666
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	31.124	50.250
2.01.04.02	Debêntures	433.525	609.563
2.01.05	Outras Obrigações	608.911	515.308
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.276	0
2.01.05.02	Outros	605.635	515.308
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	157.954	120.787
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	256.917	209.486
2.01.05.02.05	Obrigações de beneficios definidos pós-emprego	15.233	14.355
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	172.486	154.168
2.01.05.02.07	Concessão do serviço público (Uso do bem Público)	3.045	16.512
2.01.06	Provisões	46.240	27.269
2.02	Passivo Não Circulante	6.453.774	5.420.743
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.514.414	4.609.676
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.315.250	3.488.040
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.042.740	3.233.342
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	272.510	254.698
2.02.01.02	Debêntures	1.199.164	1.121.636
2.02.02	Outras Obrigações	559.767	447.106
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	3.787
2.02.02.02	Outros	559.767	443.319
2.02.02.02.03	Fornecedores	61.159	12.722
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	102.654	87.845
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	10.458	11.791
2.02.02.02.06	Obrigações de benefícios pós-emprego	281.188	292.984
2.02.02.02.09	Outros passivos não circulante	37.062	16.246
2.02.02.02.10	Concessão de serviço público(Uso do bem público)	67.246	21.731
2.02.03	Tributos Diferidos	193.094	184.456
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	193.094	184.456
2.02.04	Provisões	186.499	179.505
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.982.984	11.269.492
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.04	Reservas de Lucros	6.239.613	5.645.390
2.03.04.01	Reserva Legal	493.683	416.101

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.551.907	4.814.881
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	194.023	414.408
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	61.400	21.146
2.03.08.01	Ganho/perda sobre ativo disponivel para venda	61.400	21.146
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	940.658	861.643

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.770.849	8.958.177
3.01.01	Receita bruta	14.019.582	12.837.837
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-4.248.733	-3.879.660
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.434.863	-5.693.504
3.03	Resultado Bruto	3.335.986	3.264.673
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.132.015	-886.103
3.04.01	Despesas com Vendas	-530.426	-355.003
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-450.519	-429.173
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-151.543	-101.927
3.04.05.01	Provisão para desvalorização de investimento	-51.245	0
3.04.05.02	Amortização de ágio	-100.298	-101.927
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	473	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.203.971	2.378.570
3.06	Resultado Financeiro	-88.797	78.033
3.06.01	Receitas Financeiras	920.584	848.853
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.009.381	-770.820
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.115.174	2.456.603
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-270.077	-392.011
3.08.01	Corrente	-274.065	-364.550
3.08.02	Diferido	3.988	-27.461
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.845.097	2.064.592
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.845.097	2.064.592
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.551.628	1.777.984
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	293.469	286.608
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,27000	0,30000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.845.097	2.064.592
4.02	Outros Resultados Abrangentes	49.706	30.058
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.894.803	2.094.650
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.591.882	1.803.454
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	302.921	291.196

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.156.515	2.687.372
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.821.424	3.512.806
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	2.115.174	2.456.603
6.01.01.02	Depreciação e amortização	545.813	482.681
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	100.298	101.927
6.01.01.05	Juros e variações monetárias líquidas	619.893	432.453
6.01.01.07	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	4.244	3.971
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível baixado	31.931	15.420
6.01.01.10	Provisão para plano de benefício pós emprego	0	-141
6.01.01.11	Provisão (reversão) para contingências civeis, fiscais e trabalhistas	62.254	2.713
6.01.01.12	Outras provisões	51.254	205
6.01.01.13	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	291.036	16.974
6.01.01.15	Equivalência patrimônial	-473	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-664.173	-759.170
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-268.334	-391.704
6.01.02.04	Fundos vinculados	55.261	67.892
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recuperar	49.696	-183.954
6.01.02.07	Estoques	-6.423	-2.367
6.01.02.10	Depósitos judiciais	26.136	-108.917
6.01.02.12	Despesas pagas antecipadamente	-11.279	4.365
6.01.02.13	Fornecedores	98.946	120.406
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	-5.448	-9.381
6.01.02.15	Encargos de divida e swap	-424.122	-34.838
6.01.02.17	Taxas regulamentares	27.547	50.950
6.01.02.18	Entidade de previdência privada	-27.894	-42.754
6.01.02.19	Impostos e contribuições a recolher	-178.259	-228.868
6.01.03	Outros	-736	-66.264
6.01.03.01	Outros ativos	-11.258	-158.739
6.01.03.04	Outros passivos	110.480	80.836
6.01.03.05	Entidade de previdência privada	2.043	0
6.01.03.06	Coligadas e controladas (Ativo)	-36.232	0
6.01.03.07	Concessão serviço público (Ativo financeiro)	1.707	1.727
6.01.03.09	Coligadas e Controladas (Passivo)	-511	0
6.01.03.10	Indenização/Contigênciais pagas	-66.965	9.912
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.055.208	-1.586.446
6.02.01	Integralização de capital	-98.001	2.000
6.02.02	Aquisição de investimento	-159.736	-21.738
6.02.03	Alienação de bens do ativo permanente	1.036	-27
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-282.882	-410.579
6.02.05	Concessão serviço público (Ativo financeiro)	-5.223	-171.394
6.02.06	Aquisição de intangível	-1.572.904	-920.493
6.02.08	Títulos e valores mobiliários	62.502	-64.215
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-237.422	-331.286
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	1.715.419	1.342.134
6.03.02	Captação de debêntures	535.630	80.274

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.03.03	Amortização de principal de empréstimo e financiamento	-769.291	-716.037
6.03.04	Amortização de principal de debêntures	-696.663	-408.187
6.03.05	Obrigações vinculadas	114.701	7.707
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capitla próprio	-1.137.218	-637.177
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	863.885	769.640
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.391.601	2.621.961
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.255.486	3.391.601

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	10.407.852	861.643	11.269.495
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	10.407.852	861.643	11.269.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-543.000	0	-957.408	-223.906	-1.181.314
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408	-120.441	-534.849
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-543.000	0	-543.000	-103.465	-646.465
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.551.628	40.254	1.591.882	302.921	1.894.803
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.551.628	0	1.551.628	293.469	1.845.097
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.254	40.254	9.452	49.706
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponível para venda	0	0	0	0	40.254	40.254	9.452	49.706
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.008.628	-1.008.628	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	77.582	-77.582	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	737.023	-737.023	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	194.023	-194.023	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	11.042.326	940.658	11.982.984

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	4.400.743	0	-4.324	9.137.732	740.538	9.878.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	4.400.743	0	-4.324	9.137.732	740.538	9.878.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-103.200	-430.134	0	-533.334	-170.091	-703.425
5.04.06	Dividendos	0	0	-103.200	0	0	-103.200	0	-103.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-430.134	0	-430.134	-170.091	-600.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.777.984	25.470	1.803.454	291.196	2.094.650
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.777.984	0	1.777.984	286.608	2.064.592
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	25.470	25.470	4.588	30.058
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponivel para venda	0	0	0	0	25.470	25.470	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.347.850	-1.347.850	0	0	0	0
5.06.04	Reseva legal	0	0	88.900	-88.900	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	844.542	-844.542	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	414.408	-414.408	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	10.407.852	861.643	11.269.495

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	13.730.314	12.755.638
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.021.350	12.817.652
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-291.036	-62.014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.084.098	-5.441.983
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.382.359	-1.883.063
7.02.04	Outros	-3.701.739	-3.558.920
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-7.215	-31.906
7.02.04.02	Energia elétrica comprada para revenda	-3.155.650	-3.016.489
7.02.04.03	Encargo de uso de rede básica	-538.874	-510.525
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.646.216	7.313.655
7.04	Retenções	-697.356	-576.055
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-646.111	-576.055
7.04.02	Outras	-51.245	0
7.04.02.01	Perda e recuperação de valores ativos	-51.245	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.948.860	6.737.600
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	921.057	850.963
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	473	0
7.06.02	Receitas Financeiras	920.584	850.963
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.869.917	7.588.563
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.869.917	7.588.563
7.08.01	Pessoal	415.146	376.185
7.08.01.01	Remuneração Direta	357.957	335.970
7.08.01.02	Benefícios	96.289	68.801
7.08.01.03	F.G.T.S.	58.846	50.946
7.08.01.04	Outros	-97.946	-79.532
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.588.226	4.359.944
7.08.02.01	Federais	2.195.094	2.175.527
7.08.02.02	Estaduais	2.377.413	2.174.523
7.08.02.03	Municipais	15.719	9.894
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.021.448	787.842
7.08.03.01	Juros	1.001.750	770.876
7.08.03.02	Aluguéis	11.476	10.487
7.08.03.03	Outras	8.222	6.479
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.845.097	2.064.592
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	543.000	430.134
7.08.04.02	Dividendos	194.023	414.408
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	814.605	933.442
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	293.469	286.608

Relatório da Administração

Relatório de Administração 2011

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas,

Submetemos para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O ano de 2011 foi marcado pelas dificuldades oriundas da crise internacional que impactou a economia mundial. A elevação da inflação, o aumento das taxas de juros e o encarecimento do crédito provocaram, de uma forma geral, perda do poder de compra dos consumidores.

No campo regulatório, merece destaque fatos específicos do setor elétrico que também impactaram no nível de arrecadação, dentre eles as mudanças decorrentes das novas regras comerciais estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/10, que implicaram em restrição nas ações de cobrança referente aos débitos já existentes, recuperação de perdas e aumento dos custos para combatê-las.

As alterações das regras de aplicação da tarifa social de energia elétrica para os consumidores de baixa renda, decorrentes de novos critérios fixados pela Lei nº 12.212, de 2010, exigiram um esforço maior do Grupo Neoenergia em parceria com prefeituras para recadastrar as famílias que se enquadram no benefício da tarifa social junto ao cadastro único do Governo Federal.

Esse esforço permitiu ampliar em mais de 50% o cadastramento de famílias para atender ao novo critério, embora com a nova regra 2 milhões de unidades consumidoras perderam o benefício e migraram para a tarifa residencial normal (sem desconto), sendo cerca de 1 milhão somente na Coelba.

As distribuidoras do Grupo Neoenergia realizaram R$ 1,5 bilhão de investimentos, dos quais R$ 152,0 milhões de subvenções dos governos Federal e Estaduais. Esses investimentos objetivaram, principalmente, a expansão do atendimento com realização de novas ligações, expansão da rede de distribuição e construção, ampliação e modernização de subestações, focando sempre no atendimento e na qualidade dos serviços prestados aos seus consumidores.

No âmbito da responsabilidade social, destaca-se a continuidade do Programa de Eficiência Energética nas comunidades de baixa renda que, desde sua implantação, proporcionou a doação e venda subsidiada de 174.619 geladeiras (50.302 apenas em 2011) e doação de 1.431.016 mil lâmpadas fluorescentes compactas (292.486 em 2011).

O crescimento do mercado das três distribuidoras foi de 2,5% em relação ao ano anterior, elevando o fornecimento consolidado de energia do Grupo para 29.178 GWh em 2011. A base de clientes das empresas aumentou 2,9% em relação ao mesmo período de 2010, passando de 9,1 milhões para 9,4 milhões de clientes. Parte desse acréscimo, equivalente a 40 mil ligações, correspondeu às ligações

Relatório da Administração

do programa de eletrificação rural Luz para Todos. Desde o lançamento do programa, em 2003, as três distribuidoras executaram 636 mil novas ligações de clientes nas áreas rurais dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Em Geração, os investimentos foram de R$ 588 milhões, sendo R$ 162 milhões aplicados na aquisição da Energyworks, empresa de cogeração de energia, R$ 175 milhões aplicados nas obras da UHE Teles Pires, R$ 98 milhões aportados nas obras da UHE Belo Monte e R$ 49 milhões no término das obras da UHE Dardanelos, que entrou em operação comercial em agosto de 2011.

A Neonergia mantém o nível de Investment Grade (Grau de Investimento) concedido pela agência internacional de classificação de risco Standard & Poor´s, com rating "BBB-" na Escala Global. Seguindo a estratégia adotada nos anos anteriores, as empresas do Grupo Neoenergia mantiveram o endividamento no longo prazo, utilizando recursos de bancos e agências de fomento para financiar seus planos de investimento, com o ingresso de R$ 811 milhões para as distribuidoras, tendo como fontes o BNDES, o BNB e a FINEP e ingresso de R$ 389 milhões para geradoras, tendo como fontes o BNDES e bancos repassadores. Em relação a nossas aplicações financeiras, aumentamos o volume de nossa carteira própria de R$ 575 milhões em dezembro de 2010 para R$ 1.170 milhões em dezembro de 2011, quando sua rentabilidade acumulada ao ano alcançou 102,27% do CDI. Nossas aplicações em Fundos Exclusivos encerraram o ano com um volume de R$ 3,15 bilhões e uma rentabilidade média acumulada ao ano de 100,21% do CDI, resultando num total de caixa de R$ 4,6 bilhões.

Nesse contexto, foi registrado um lucro líquido de R$ 1,6 bilhão, 12,7% inferior ao obtido em 2010 e EBITDA (a geração operacional de caixa) de R$ 2,9 bilhões, 2,5% inferior ao obtido em 2010. A receita operacional bruta alcançou R$ 14,0 bilhões e registrou incremento de 9,27% em relação a 2010. A margem bruta foi de 34,14%, 2,4 pontos percentuais inferior à obtida em 2010. A Neoenergia encerrou 2011 com R$ 6,8 bilhões de dívida. Por outro lado, a geração líquida de caixa cresceu de R$ 2,7 bilhões para R$ 3,2 bilhões (17,5%) e o total das disponibilidades de R$ 3,9 bilhões para R$ 4,6 bilhões (19,8%), o que garante solidez confortável para fazer frente aos investimentos em Geração e Distribuição.

Em relação a dividendos e juros sobre capital próprio, a Neoenergia já deliberou a distribuição de R$ 543 milhões na forma de juros sobre capital próprio e está propondo a destinação de R$ 194 milhões para reserva de dividendos a serem deliberados por Assembléia Geral. No ano de 2011 foram pagos R$ 878,4 milhões a seus acionistas.

No âmbito de nossos colaboradores, foram investidos R$ 3,5 milhões em treinamento no ano de 2011, valor 4,5% superior ao ano anterior.

São por esses resultados que a Neoenergia reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao tempo que agradece aos seus mais de 18 mil colaboradores, diretos e indiretos, a todos os seus Acionistas, Conselheiros, clientes, fornecedores e governos Municipais, Estaduais e Federal.

MARCO GEOVANNE TOBIAS DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

Para 2011, de acordo com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estima-se que o PIB Brasileiro registre um crescimento de 3% ante 7,5% em 2010. A crise mundial, que desacelerou o crescimento da economia brasileira, aparece como responsável pelo baixo crescimento do PIB brasileiro. Os setores de serviços e agropecuária foram os principais responsáveis pelo crescimento dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O ano de 2011 foi um período em que o país decidiu controlar gastos, iniciou uma ainda tímida reforma fiscal e desacelerou o crescimento desafiado pela crise mundial. O governo retirou os estímulos fiscais no ano passado e o Banco Central brasileiro começou a elevar os juros para conter as altas de preços. Apesar disso, a economia perdeu força e a inflação, medida oficialmente pelo IPCA, fechou 2011 em 6,5%, dentro da meta do governo, e acima da taxa de 2010 (5,91%) em 0,59 ponto percentual. Este índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de geração energia elétrica.

A taxa de câmbio fechou 2011 em R$/U$ 1,88 apontando uma desvalorização do real frente ao dólar de 12,6% quando comparada a 2010, tendo como um dos principais fatores a crise européia.

O IGP-M acumulado em 2011 encerrou em 5,1% registrando uma forte desaceleração em relação a 2010 que foi de 11,3%, justificado principalmente pela depreciação nos preços das commodities. Este índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de distribuição energia elétrica.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1. REAJUSTE TARIFÁRIO

A ANEEL, em 22 de abril de 2011 e 29 de abril de 2011, publicou Resoluções Homologatórias estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Coelba, Celpe e Cosern no período de abril de 2011 a abril de 2012. Tais tarifas foram reajustadas, em média, em 13,12%, 10,86% e 12,40%, respectivamente, com efeito médio percebido pelos consumidores foi de 9,92%, 8,27% e 9,86%.

2.2. NOVA METODOLOGIA DA REVISÃO TARIFÁRIA

A ANEEL definiu a metodologia para o 3º ciclo de revisões tarifárias através da Resolução Normativa nº 457 de 08 de novembro de 2011. Para as distribuidoras do Grupo Neoenergia a nova metodologia de revisão tarifária será aplicada e seus efeitos percebidos a partir de abril de 2013, quando da 3º revisão tarifária das empresas, conforme previsto nos contratos de concessão.

A Taxa de Remuneração de Capital (WACC) ,que no 2º ciclo de revisões foi de 9,95% (após impostos), foi definida para o 3º ciclo de revisões como 7,50% (após-impostos). Para as empresas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a ANEEL, fixou taxa diferenciada, considerando a possibilidade de obtenção de benefício Fiscal, estabelecido em Lei. Tendo em vista que a decisão administrativa desnatura benefício fixado em Lei as empresas ingressaram com ação judicial através da ABRADEE, Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, obtendo liminar em janeiro de 2012 junto a justiça federal mantendo o benefício, ainda sem julgamento do mérito.

Para o estabelecimento dos níveis regulatórios de custos operacionais será utilizada uma nova metodologia, baseada em benchmarking e na análise da eficiência média setorial, sendo

Relatório da Administração

reconhecido nas tarifas a eficiência média. Foi também definida uma trajetória de redução dos custos operacionais a ser aplicada ao longo do ciclo tarifário.

O Fator X será calculado considerando a produtividade; a qualidade e a trajetória de custos operacionais. O Fator de produtividade será estabelecido por benchmarking na qual é analisada a produtividade média setorial, considerando a evolução verificada do mercado, custos, redes e investimentos. O componente de qualidade será aplicado em função da evolução dos indicadores de qualidade da empresa (DEC e FEC), a ser apurado nos reajustes anuais entre as revisões tarifárias.

Para a Base de Remuneração foi mantida a metodologia utilizada será feita a avaliação dos investimentos incrementais, com a "blindagem" da base de remuneração avaliada no 2º ciclo de revisão.

Houve ampliação do conjunto de receitas capturadas para modicidade tarifária. Especificamente para as receitas com ultrapassagem de demanda e excedente reativos, a ANEEL determinou sua destinação para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, o que também deve ser objeto de questionamento judicial pela ABRADEE.

Para perdas de receitas irrecuperáveis foi mantida a metodologia utilizada no 2º ciclo com poucas alterações. Os índices de inadimplência regulatória a serem reconhecidos passaram a ser estabelecidos por classe de consumo. Para a parcela dos encargos setoriais serão reconhecidas as inadimplências reais de cada empresa.

A metodologia utilizada para perdas de energia no 2º ciclo teve poucas alterações. Serão definidos limites máximos de trajetória de redução de perdas não técnicas considerando agrupamentos de empresas por clusters e níveis de perdas.

3. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A energia distribuída totalizou 29.178 GWh em 2011, representando um crescimento 2,5% em relação ao ano anterior.

Evolução do mercado de clientes cativos

	Quantidadade		Participação			
Descrição	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	Variação horizontal	
Residencial	10.820.435	10.459.399	37,1%	36,7%	361.036	3,45%
Industrial	6.207.219	6.112.227	21,3%	21,5%	94.992	1,55%
Comercial	5.786.543	5.618.298	19,8%	19,7%	168.245	2,99%
Rural	1.991.274	1.991.976	6,8%	7,0%	-702	-0,04%
Poder Público	1.409.109	1.382.732	4,8%	4,9%	26.378	1,91%
Iluminação Pública	1.321.274	1.280.742	4,5%	4,5%	40.532	3,16%
Serviço Público	1.610.153	1.586.308	5,5%	5,6%	23.845	1,50%
Consumo Próprio	32.203	32.660	0,1%	0,1%	-457	-1,40%
Total	29.178.211	28.464.341	100,0%	100,0%	713.870	2,51%

Relatório da Administração

3.2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

A classe de consumo residencial representa 87,4% do total de consumidores do Grupo e a composição dos clientes por classe, está assim composta, de forma consolidada em 2011:

	Evolução do número de clientes ativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	Variação horizontal	
Residencial	8.217.153	7.951.565	87,4%	87,1%	265.588	3,34%
Industrial	38.381	39.968	0,4%	0,4%	-1.587	-3,97%
Comercial	586.965	580.091	6,2%	6,4%	6.874	1,18%
Rural	436.538	442.892	4,6%	4,8%	-6.354	-1,43%
Poder Público	80.403	79.413	0,9%	0,9%	990	1,25%
Iluminação Pública	27.085	26.386	0,3%	0,3%	699	2,65%
Serviço Público	13.324	12.442	0,1%	0,1%	882	7,09%
Consumo Próprio	1.449	1.355	0,0%	0,0%	94	6,94%
Suprimento	37	42	0,0%	0,0%	-5	-11,90%
Total	9.401.335	9.134.154	100,0%	100,0%	267.181	2,93%

Com relação ao enquadramento na subclasse tarifária baixa renda, foi aplicada em 2011 a transição para os novos critérios fixados pela Lei nº 12.212, de 2010, em que de uma forma geral passa a ser obrigado o cadastramento junto ao Cadastro Único do Governo Federal e renda de até ½ salário mínimo por pessoa. Pela regulamentação da ANEEL, o critério antigo de enquadramento da tarifa social baseado no consumo médio de energia, foi gradativamente eliminado por faixas de consumo.

Não obstante as campanhas de mídia e comerciais promovidas que permitiram ampliar, no âmbito das distribuidoras do Grupo Neoenergia, em mais de 50% o número de famílias cadastradas que atendem ao novo critério, houve a perda do benefício para cerca de 2 milhões de unidades consumidoras que migraram para a tarifa residencial normal (sem desconto), sendo cerca de 1 milhão somente na Coelba. Nesse contexto, as empresas do Grupo têm trabalhado para o cadastramento de novas famílias de baixa renda em parceria com as prefeituras, sendo que ao longo de 2012 se buscará atingir, se não o todo, o máximo de consumidores reenquadrados na tarifa social, de forma a contribuir para a redução das perdas e melhoria da arrecadação. Dessa forma já tem se dedicado esforço adicional para que não se amplie o nível de inadimplência e perdas.

Abaixo a movimentação dos clientes baixa renda:

	Quantidade de clientes		
	Antes da Lei nº 12.212	Clientes não recadastrados	Após Lei nº 12.212
Coelba	2.596.124	1.162.787	1.433.337
Celpe	1.548.386	678.506	869.880
Cosern	453.158	113.527	339.631
Total	4.597.668	1.954.820	2.642.848

Relatório da Administração

3.3. BALANÇO ENERGÉTICO

O balanço energético da Coelba, Celpe e Cosern combinado é como segue:

CCEAR	%
28.427.269	78,6%
26.751.930	77,2%
6,26%	

PARTES RELACIONADAS	%
8.283.956	22,9%
8.280.853	23,9%
0,04%	

PROINFA	%
757.002	2,1%
763.724	2,2%
-0,88%	

MCSD	%
(1.284.014)	-3,5%
(1.127.249)	-3,3%
13,91%	

CONTRATOS	%
36.184.214	98,4%
34.669.259	97,5%
4,37%	

GERAÇAO PRÓPRIA	%
14.582	0,0%
13.093	0,0%
11,37%	

PERDAS REDE BÁSICA	%
(738.159)	-2,0%
(720.755)	-2,0%
2,41%	

MERCADO LIVRE	%
1.176.308	3,2%
1.465.487	4,1%
-19,73%	

INTERCÂMBIO	%
144.549	0,4%
125.727	0,4%
14,97%	

INJETADA DISTRIBUÍDA
36.781.494
35.552.811
3,46%

MERCADO PROPRIO	%
29.178.212	79,3%
28.464.342	80,1%
2,51%	

MERCADO LIVRE	%
2.192.760	6,0%
2.093.686	5,9%
4,73%	

PERDA DISTRIBUIÇÃO	%
5.265.973	14,3%
4.869.056	13,7%
8,15%	

INTERCÂMBIO	%
144.549	0,4%
125.727	0,4%
14,97%	

Legenda
2011
2010
Variação

RESIDENCIAL	%
10.820.435	37,1%
10.459.401	36,7%
3,45%	

INDUSTRIAL	%
6.207.219	21,3%
6.112.237	21,5%
1,55%	

COMERCIAL	%
5.786.543	19,8%
5.618.288	19,7%
2,99%	

RURAL	%
1.693.833	5,8%
1.669.902	5,9%
1,43%	

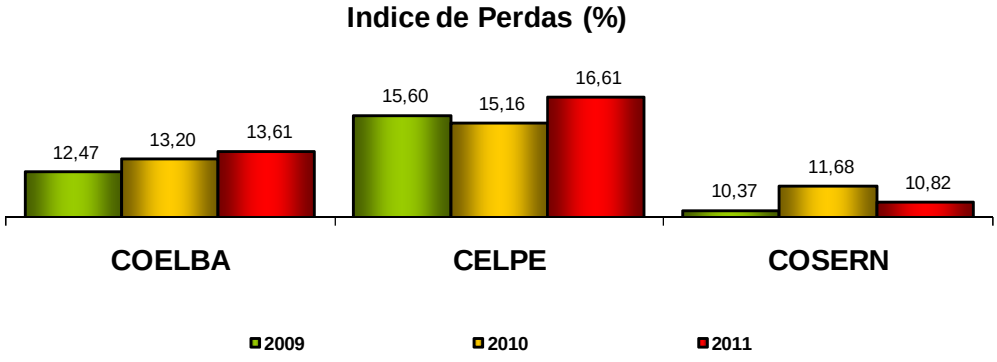
OUTROS	%
4.670.181	16,0%
4.604.515	16,2%
1,43%	

3.4. PERDAS

As perdas globais de energia são acompanhadas nas distribuidoras através do índice percentual que compara a relação entre a energia fornecida/faturada e a energia requerida/comprada, acumulados no período de 12 meses.

Para combate às perdas em 2010 foram realizadas ações, onde podem ser destacadas: inspeções em unidades consumidoras, blindagem de redes e caixas de medição, verificação de ligações clandestinas.

A seguir apresentamos o histórico das perdas totais de distribuição (técnicas e comerciais) das distribuidoras do Grupo Neoenergia.



Relatório da Administração

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. QUALIDADE NO FORNECIMENTO

Os principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico, DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Freqüência das interrupções), refletiram por mais um ano a forte incidência de chuvas em um período prolongado na região Nordeste.

A seguir a evolução da Duração das Interrupções por Consumidor – DEC e da Freqüência das interrupções - FEC, sem supridora:

	COELBA			CELPE			COSERN		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
DEC (Sem Supridora)	13,63	24,81	22,72	16,25	16,41	16,24	13,71	12,30	14,90
Efeito Supridora (DEC)	1,11	1,78	0,95	0,29	0,69	0,26	0,48	0,42	0,66

	COELBA			CELPE			COSERN		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
FEC (Sem Supridora)	6,73	10,14	9,48	6,48	6,68	6,38	6,54	6,38	7,88
Efeito Supridora (FEC)	0,74	1,03	1,01	0,51	0,58	0,32	1,35	0,60	1,32

4.2. ATENDIMENTO A CLIENTES

As ações e melhorias implementadas nos serviços de uma forma geral, prestados aos clientes em 2011, se fazem notar através da redução do número de reclamações registrado nas distribuidoras do Grupo.

As empresas mantêm uma rede de atendimento com canais de relacionamento compatível com as exigências específicas de cada segmento, garantindo a qualidade necessária no uso dos serviços de energia elétrica.

Ao longo do ano de 2011, a Resolução Normativa nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de 09 de setembro de 2010, foi implantada pelas distribuidoras de acordo com cronograma fixado no regulamento o que trouxe impactos relevantes para os processos operacionais da empresa. Destaca-se entre as mudanças, a vedação para a suspensão do fornecimento fora do horário comercial e após o decurso do prazo de 90 dias, contado da data da fatura vencida e não paga, salvo comprovado impedimento da sua execução por determinação judicial ou outro motivo justificável, ficando suspensa a contagem pelo período do impedimento. Além disso, a distribuidora deve emitir nova notificação, caso não efetue a suspensão do fornecimento no prazo máximo de 10 dias úteis. Essas duas medidas implicaram em importantes restrições nas ações de cobrança referente a débitos já existentes, prejudicando a arrecadação e de outro lado em maiores despesas, em face do maior volume de suspensões para novas faturas vencidas.

Relatório da Administração

5. INVESTIMENTOS

Em 2011 os investimentos totais do Grupo Neoenergia foram de R$ 2,1 bilhões. Com isso, o Grupo Neoenergia acumula investimentos no Brasil, desde 1997, da ordem de R$ 15,0 bilhões em temos nominais, distribuídos entre aquisições de empresas em leilões de privatizações, compras de ações, aumentos de capital em controladas, investimentos nas controladas de distribuição e geração.

Os recursos foram destinados à ampliação da rede de distribuição de energia elétrica e para a expansão da geração, tendo como destaque o programa Luz Para Todos e os projetos de geração.

5.1. PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. Em 2011, as distribuidoras do Grupo Neoenergia executaram 40 mil novas ligações, e receberam R$ 152 milhões de subvenção do Governo para aplicação nesse Programa. No acumulado já foram efetuadas 636 mil novas ligações dentro do Programa Luz para Todos.

	Total	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Ligações executadas em 2011	39.888	39.888	-	-
Total	636.100	468.734	114.841	52.525
Em execução	3.595	3.595	-	-
A executar	-	-	-	-
Ligações previstas pelo programa (*)	639.695	472.329	114.841	52.525

5.2. INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Em 2005 a Neoenergia adquiriu a autorização das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) Goiandira e Nova Aurora, localizadas no Estado de Goiás. A energia a ser produzida por essas usinas foi comercializada no Leilão nº 003/2005 de Geração de Energia, realizado em junho de 2006. Também em 2005, a Neoenergia obteve autorização para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Baguari, localizada no Rio Doce, em Minas Gerais.

Em 2006 participou do Leilão no 002/2006 de Geração de Energia comercializando a energia da PCH Pedra do Garrafão e PCH Pirapetinga, localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Em setembro de 2006, adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III, construída no rio Corumbá, no município de Luziânia, no Estado de Goiás. A energia elétrica desta usina foi comercializada com a Companhia Energética de Brasília (CEB). No leilão de energia nº 004/06, realizado em 10 de outubro de 2006, adquiriu a concessão para construção e comercialização da energia da UHE Dardanelos, no rio Aripuanã, no Estado do Mato Grosso.

Em 2007 adquiriu autorização para construção da PCH Sítio Grande, localizada no rio das Fêmeas, no Estado da Bahia. A energia desta PCH foi comercializada no mercado livre.

Em 2008 adquiriu a concessão para construção e comercialização da energia da UHE Baixo Iguaçu, no rio Iguaçu, no Estado do Paraná, que terá potência instalada de 350 MW. O contrato de concessão ainda não foi assinado pelo poder concedente. No leilão de transmissão nº 006/08, adquiriu a concessão para construção da Subestação NARANDIBA, localizada em Salvador, no

Relatório da Administração

Estado da Bahia, investimento concluído e em operação.

Em 2010, no leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW. Em 21 de julho de 2010 a Neoenergia adquiriu 10% do capital social da Norte Energia S.A., empresa constituída para explorar a concessão para construção e comercialização a energia da UHE Belo Monte, no rio Xingu, no Estado do Pará, que terá potência instalada de 11.233 MW. O contrato de concessão foi assinado pelo poder concedente em 26 de agosto de 2010. No leilão de energia nº 004/10, realizado em 17 de dezembro de 2010, a Neoenergia, em consórcio com Furnas, Eletrosul e OPI, adquiriu 50,01% da concessão para construção e comercialização da energia da UHE Teles Pires, no rio Teles Pires, no Estado do Pará, que terá potência instalada de 1.820 MW. O contrato de concessão ainda não foi assinado pelo poder concedente.

Os quatro investimentos ainda a construir irão demandar investimentos da Neoenergia de aproximadamente R$ 5,0 bilhões, com a expectativa de alavancagem na ordem de 70%.

A seguir, as principais características dos projetos:

	Goiás Sul			Rio PCH I		Geração
	Goiandira	**Nova Aurora**	**Bahia PCH I**	**Pirapetinga**	**Garrafão**	**Eólica**
Participação da Neoenergia	100%	100%	100%	75%	75%	50%
Potência Instalada (MW) (*)	27	21	25	17	17	258
Energia Assegurada (MWm) (*)	17,09	12,37	19,62	11,31	11,50	112,27
Área do Reservatório (Km^2) (*)	6,42	6,83	0,55	0,40	2,71	

	Baguari I	**Corumbá III**	**Dardanelos**	**Baixo Iguaçu**	**Belo Monte**	**Teles Pires**
Participação da Neoenergia	51%	60%	51%	100%	10%	50,1%
Potência Instalada (MW) (*)	140	94	261	350	11.233	1.820
Energia Assegurada (MWm) (*)	81,4	50,9	154,9	172,8	4.571,0	915,4
Área do Reservatório (Km^2) (*)	14,2	72,4	0,2	31,6	516,0	115,0

* Dados estimados dos projetos

As UHE´s Baguari e Corumbá III e das PCH´s Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em 2009. As PCH´s Sítio Grande e Goiandira entraram em operação comercial em 2010 e a UHE Dardanelos e a PCH Nova Aurora entraram em operação comercial em 2011. As UHE´s Belo Monte e Teles Pires tem expectativa para entrada em operação comercial em 2014 e as Usinas Eólicas em 2012.

Relatório da Administração

6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

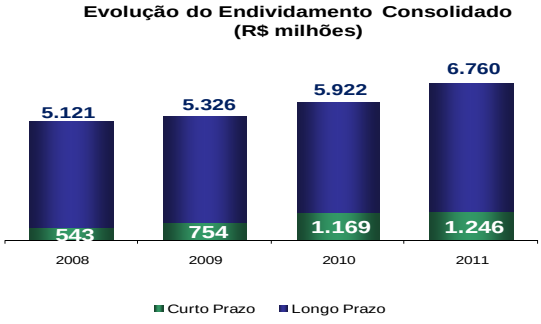
6.1. INDICADORES EMPRESARIAIS

A seguir apresentamos quadro resumo com os principais indicadores econômico-financeiros consolidados, destacando que os resultados de 2011 e 2010 estão de acordo com as novas normas contábeis.

Dados Econômico-Financeiros	31/12/2010	31/12/2011	Variação
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	12.837.837	14.019.582	9,2%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	8.958.177	9.770.849	9,1%
EBITDA (R$ mil)	2.975.228	2.894.064	-2,7%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	2.480.497	2.355.041	-5,1%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	78.033	(88.797)	-213,8%
Lucro Líquido (R$ mil)	1.777.984	1.551.628	-12,7%
Ativo Total (R$ mil)	19.611.557	21.634.744	10,3%
Dívida Bruta (R$ mil)	5.767.155	6.760.191	17,2%
Dívida Líquida (R$ mil) *	1.904.621	2.133.038	12,0%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	10.407.849	11.042.326	6,1%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	33,2%	29,6%	-3,59 p.p
Margem EBIT	27,7%	24,1%	-3,59 p.p
Margem Líquida	19,8%	15,9%	-3,97 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	(38,1)	32,6	-185,5%
Dívida Bruta/EBITDA**	1,9	2,3	20,5%
Índice de Endividamento Líquido	15,5%	16,2%	0,72 p.p

6.2. ENDIVIDAMENTO

Em 2011, o Grupo acumulou 79% da dívida em operações de longo prazo.



Relatório da Administração

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O Grupo Neoenergia, por meio de suas controladas, atua ativamente nas localidades onde essas estão estabelecidas, mantendo seu compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de convênios, ações filantrópicas, realização de obras, doações, programas de meio ambiente, além da realização de diversos patrocínios culturais.

8. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM no. 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes, em abril de 2009, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 2 (dois) anos. A Ernst & Young desde então não prestou serviços não-relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Neoenergia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

9. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é conseqüência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Em milhares de reais

	Ref	Controladora		Consolidado	
ATIVO		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	3.150.422	2.799.730	4.255.486	3.391.601
Contas a receber de clientes e outros	(7)	62	-	2.078.466	1.958.110
Títulos e Valores Mobiliários	(8)	59.523	154.050	177.470	243.319
Impostos e Contribuições a recuperar	(9)	101.025	111.921	365.262	406.740
Estoques		-	-	22.927	16.504
Despesas pagas antecipadamente		-	-	30.580	19.196
Entidade de Previdência Privada		-	-	6.555	-
Serviços em curso		-	-	156.008	96.588
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	(16)	-	-	27.064	26.098
Outros ativos circulantes	(13)	10.107	328	105.515	183.313
TOTAL DO CIRCULANTE		3.321.139	3.066.029	7.225.333	6.341.469
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros	(7)	-	-	907.912	1.040.174
Títulos e Valores Mobiliários	(8)	-	-	139.142	117.825
Impostos e Contribuições a recuperar	(9)	-	-	89.227	81.104
Coligadas e controladas		51.652	160.557	39.192	2.960
Dividendos a receber		67.386	26.584	-	-
Juros sobre capital próprio a receber		64.662	62.723	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	29.164	27.144	335.265	333.502
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(11)	-	-	546.207	598.170
Fundos vinculados		-	-	55.055	109.789
Depositos Judicias	(12)	95.764	90.457	302.243	310.409
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	2.676
Entidade de Previdência Privada		-	-	37.596	43.702
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	(16)	-	-	1.097.347	722.164
Outros ativos não circulantes	(13)	15.135	12.630	25.744	44.599
Investimentos	(14)	7.558.785	7.079.849	163.873	20.493
Investimentos em coligadas e controladas		7.558.785	7.079.849	136.081	-
Outros investimentos		-	-	27.792	20.493
Imobilizado	(15)	27.268	27.283	3.780.995	3.555.823
Intangível	(17)	59.417	57.918	6.889.613	6.286.698
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.969.233	7.545.145	14.409.411	13.270.088
TOTAL DO ATIVO		11.290.372	10.611.174	21.634.744	19.611.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Em milhares de reais

	Ref	Controladora		Consolidado	
PASSIVO		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	2.422	1.455	798.956	759.320
Empréstimos e financiamentos	(19)	762	86	812.252	547.916
Debêntures	(20)	-	-	433.525	609.563
Salários e encargos a pagar	(21)	216	56	65.496	69.853
Taxas regulamentares	(22)	-	-	172.486	154.168
Impostos e Contribuições a recolher	(23)	103.200	97.505	432.606	392.093
Dividendos e Juros sobre capital proprio	(24)	133.910	100.055	157.954	120.787
Provisões	(25)	-	-	46.240	27.269
Entidade de Previdência Privada		-	-	15.233	14.355
Coligadas e controladas		1.010	1	3.276	-
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)		-	-	3.045	16.512
Outros passivos circulantes	(26)	5	8	256.917	209.486
TOTAL DO CIRCULANTE		241.525	199.166	3.197.986	2.921.322
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	-	-	61.159	12.722
Empréstimos e financiamentos	(19)	5.911	3.494	4.315.250	3.488.040
Debêntures	(20)	-	-	1.199.164	1.121.636
Taxas regulamentares	(22)	-	-	102.654	87.845
Impostos e Contribuições a recolher	(23)	-	-	10.458	11.791
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	-	-	193.094	184.456
Provisões	(25)	587	494	186.499	179.505
Entidade de Previdência Privada		-	-	281.188	292.984
Coligadas e controladas		23	-	-	3.787
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)		-	-	67.246	21.731
Outros passivos não circulantes	(26)	-	171	37.062	16.246
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.521	4.159	6.453.774	5.420.743
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(27)				
Capital Social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de Capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de Lucro		6.045.590	5.230.982	6.045.590	5.230.982
Outros resultados abrangentes		61.400	21.146	61.400	21.146
Proposta de Distribuição de dividendos adicional		194.023	414.408	194.023	414.408
PATRIMONIO LÍQUIDO		11.042.326	10.407.849	11.042.326	10.407.849
Participação dos não controladores		-	-	940.658	861.643
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				11.982.984	11.269.492
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		11.290.372	10.611.174	21.634.744	19.611.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Em milhares de reais

	Ref	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10 Reclassificado	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
RECEITA BRUTA	(28)	17.010	159	14.019.582	12.837.837
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(29)	-	(53)	(4.248.733)	(3.879.660)
RECEITA LÍQUIDA		**17.010**	**106**	**9.770.849**	**8.958.177**
CUSTO DO SERVIÇO	(30)	-	-	**(6.434.863)**	**(5.693.504)**
LUCRO BRUTO		**17.010**	**106**	**3.335.986**	**3.264.673**
Despesas com vendas	(30)	-	-	**(530.426)**	**(355.003)**
Despesas gerais e administrativas	(30)	(21.040)	(20.634)	(450.519)	(429.173)
Resultado de participações societárias		1.257.437	1.594.315	(151.070)	(101.927)
Equivalência Patrimonial	(13)	1.408.107	1.696.242	473	-
(-) Provisão para desvalorização de investimento	(13)	(51.245)	-	(51.245)	-
Amortização de Ágio	(13)	(99.425)	(101.927)	(100.298)	(101.927)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		**1.253.407**	**1.573.787**	**2.203.971**	**2.378.570**
Receita financeira	(31)	333.360	238.311	920.584	848.853
Despesa financeira	(31)	(33.335)	(38.581)	(1.009.381)	(770.820)
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS		**1.553.432**	**1.773.517**	**2.115.174**	**2.456.603**
Imposto de renda e contribuição social	(10)	**(1.804)**	**4.467**	**(270.077)**	**(392.011)**
Corrente		(3.824)	-	(478.996)	(622.048)
Diferido		2.020	4.467	3.988	(27.461)
Imposto de renda - SUDENE		-	-	**256.899**	**310.989**
Amortização ágio e reversão PMIPL		-	-	**(51.968)**	**(53.491)**
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**1.551.628**	**1.777.984**	**1.845.097**	**2.064.592**
Participações dos acionistas não controladores		-	-	**(293.469)**	**(286.608)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.551.628**	**1.777.984**	**1.551.628**	**1.777.984**
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,27	0,30		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Em milhares de reais

	Atribuível aos Acionistas Controladores									
			Reservas de Lucros							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	4.739.025	2.288	327.201	3.970.342	(4.324)		103.200	9.137.732	740.538	9.878.270
Ajuste Adoção Inicial CPC										
Aprovação de dividendos propostos							(103.200)	(103.200)		(103.200)
Lucro líquido do exercício						1.777.984		1.777.984	286.608	2.064.592
Outros resultados abrangentes:										
Ganhos e perdas atuariais com plano de pensão de benefício definido										
Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda										
Ganhos e perdas em hedges de instrumentos financeiros										
Ganho sobre ativo disponível para a venda					25.470			25.470	4.588	30.058
Destinações:										
Reserva Legal			88.900			(88.900)				
Reserva de retenção de lucros				844.542		(844.542)				
Juros sobre capital próprio						(430.134)		(430.134)	(170.091)	(600.225)
Dividendos adicionais						(414.408)	414.408			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.884	21.146	-	414.408	10.407.852	861.643	11.269.495
Aprovação de dividendos propostos							(414.408)	(414.408)		(414.408)
Lucro líquido do exercício						1.551.628		1.551.628	293.469	1.845.097
Ganho sobre ativo disponível para a venda					40.254			40.254	9.452	49.706
Destinações:										
Reserva Legal			77.582			(77.582)		-		-
Reserva de retenção de lucros				737.023		(737.023)		-		-
Juros sobre capital próprio						(543.000)		(543.000)	(103.465)	(646.465)
Dividendos adicionais						(194.023)	194.023	-	(120.441)	(120.441)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	61.400	0	194.023	11.042.326	940.658	11.982.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro do exercício	**1.551.628**	**1.777.984**
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	72.637	49.188
Tributos s/ ganhos (perda) de ativos financeiros disponiveis para venda	(22.931)	(19.130)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**49.706**	**30.058**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**1.601.334**	**1.808.042**
Atribuível a:		
Acionistas controladores	40.254	25.470
Acionistas não controladores	9.452	4.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10 Reclassificado	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	1.553.432	1.773.517	2.115.174	2.456.603
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	3.177	2.105	545.813	482.681
Equivalência patrimonial	(1.408.107)	(1.696.242)	(473)	-
Amortização de ágio, líquida	99.425	101.927	100.298	101.927
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	454	(4.457)	619.893	432.453
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	-	(585)	4.244	3.971
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	7.362	-	31.931	15.420
Provisão para plano de benefício pós emprego	-	-	-	(141)
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	93	-	62.254	2.713
Provisão para creditos de liquidação duvidosa	-	-	291.036	16.974
Outras provisões	51.245	-	51.254	205
Participações minoritárias	-	-	-	-
	307.081	176.265	3.821.424	3.512.806
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	(62)	-	(268.334)	(391.704)
Impostos e contribuições a recuperar	10.896	(24.714)	49.696	(183.954)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1.275.475	1.767.411	-	-
Estoques	-	-	(6.423)	(2.367)
Fundos Vinculados	-	70.097	55.261	67.892
Depósitos judiciais	(5.307)	(71.523)	26.136	(108.917)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(11.279)	4.365
Entidade de Previdência Privada	-	-	2.043	-
Coligadas e Controladas	(15.211)	(128.085)	(36.232)	-
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	-	1.707	1.727
Outros ativos	(9.765)	(4.185)	(11.258)	(158.739)
	1.256.026	1.609.001	(198.683)	(771.697)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	967	462	98.946	120.406
Salários e encargos a pagar	160	16	(5.448)	(9.381)
Encargos de dívidas e swap pagos	(406)	-	(424.122)	(34.838)
Taxas regulamentares	-	-	27.547	50.950
Impostos e Contribuições a recolher	1.871	15.861	(178.259)	(228.868)
Coligadas e Controladas	1.032	-	(511)	-
Indenizações/Contingências pagas	-	-	(66.965)	9.912
Entidade de Previdência Privada	-	-	(27.894)	(42.754)
Outros passivos	(174)	(2)	110.480	80.836
	3.450	16.337	(466.226)	(53.737)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.566.557	1.801.603	3.156.515	2.687.372
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Aumento(Redução) de Capital	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Captação de Empréstimos e financiamentos	3.045	3.580	1.715.419	1.342.134
Captação de Debêntures	-	-	535.630	80.274
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-	-	(769.291)	(716.037)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(696.663)	(408.187)
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-
Obrigações vinculadas	-	-	114.701	7.707
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital proprio	(923.553)	(517.063)	(1.137.218)	(637.177)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(920.508)	(513.483)	(237.422)	(331.286)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	(216.211)	(203.801)	(98.001)	2.000
Aquisição de investimentos	(161.652)	-	(159.736)	(21.738)
Alienação de bens do ativo permanente	-	-	1.036	(27)
Aquisição de imobilizado	(1.221)	(26.382)	(282.882)	(410.579)
Aquisição de intangível	(10.800)	(4.492)	(1.572.904)	(920.493)
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	-	(5.223)	(171.394)
Títulos e valores mobiliários	94.527	(114.919)	62.502	(64.215)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(295.357)	(349.594)	(2.055.208)	(1.586.446)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	350.692	938.526	863.885	769.640
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.799.730	1.861.204	3.391.601	2.621.961
Caixa e equivalentes no final do exercício	3.150.422	2.799.730	4.255.486	3.391.601
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	350.692	938.526	863.885	769.640

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010 (Reclassificado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	17.010	159	14.019.582	12.837.837
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(291.036)	(62.014)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	(4.586)	1.768	(20.185)
	17.010	(4.427)	13.730.314	12.755.638
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(3.155.650)	(3.016.489)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	(538.874)	(510.525)
Matérias-primas consumidas	-	-	(7.215)	(31.906)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(11.852)	(7.487)	(2.382.359)	(1.883.063)
	(11.852)	(7.487)	(6.084.098)	(5.441.983)
Valor adicionado bruto	5.158	(11.914)	7.646.216	7.313.655
Depreciação e amortização	(102.602)	(2.105)	(646.111)	(576.055)
Perda e recuperação de valores ativos	(51.245)	-	(51.245)	-
Valor adicionado líquido	(148.689)	(14.019)	6.948.860	6.737.600
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	333.360	238.311	920.584	850.963
Resultado de equivalência patrimonial	1.408.107	1.696.242	473	-
	1.741.467	1.934.553	921.057	850.963
Valor adicionado total a distribuir	1.592.778	1.920.534	7.869.917	7.588.563
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	(229)	194	251.546	248.640
Encargos sociais (exceto INSS)	104	5.644	58.846	50.946
Entidade de previdência privada	228	10	22.740	16.228
Auxílio alimentação	23	-	26.065	20.613
Convênio assistencial e outros benefícios	2	7	24.094	15.141
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	4.075	5.248
Provisão para férias e 13º salário	53	78	58.195	37.922
Plano de saúde	89	4	23.390	16.819
Indenizações trabalhistas	-	57	22.058	23.971
Participação nos resultado	-	-	35.619	40.579
Administradores	3.931	8	12.597	8.829
Encerramento de ordem em curso	-	-	5.734	2.982
(-) Transeferência para Ordens	-	-	(132.771)	(121.132)
Custos imobilizados / intangíveis	-	-	-	(335)
Outros	752	13	2.958	9.734
Subtotal	4.953	6.015	415.146	376.185
. Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	829	-	61.089	50.245
ICMS	-	-	2.377.413	2.174.523
PIS/COFINS sobre faturamento	-	53	1.194.621	1.113.470
Imposto de renda e contribuição social	1.803	(4.467)	270.071	424.224
Obrigações intra-setoriais	-	-	669.313	587.588
Outros	116	432	15.719	9.894
Subtotal	2.748	(3.982)	4.588.226	4.359.944
. Financiamentos				
Juros e variações cambiais	33.336	140.507	1.001.750	770.876
Aluguéis	113	10	11.476	10.487
Outros	-	-	8.222	6.479
Subtotal	33.449	140.517	1.021.448	787.842
. Acionistas				
Juros sobre capital próprio	543.000	430.134	543.000	430.134
Dividendos propostos	194.023	414.408	194.023	414.408
Lucro retido (Reserva Legal)	77.582	88.900	77.582	88.900
Reserva de retenção de lucro	737.023	844.542	737.023	844.542
Participação dos não controladores			293.469	286.608
Subtotal	1.551.628	1.777.984	1.845.097	2.064.592
Valor adicionado distribuído	1.592.778	1.920.534	7.869.917	7.588.563

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Balanço Social Consolidado – Informação adicional (Não Auditado)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - BASE DE CÁLCULO	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Receita Líquida (RL)	9.770.849	8.958.177
Resultado Operacional (RO)	2.203.971	2.378.570
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	434.571	394.101
Valor Adicionado Total (VAT)	7.869.917	7.588.563

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)	2011 R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	2010 R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	24.311	5,59	0,25	0,31	19.840	5,03	0,22	0,26
Encargos sociais compulsórios	113.388	26,09	1,16	1,44	98.739	25,05	1,10	1,30
Previdência privada	25.892	5,96	0,26	0,33	30.560	7,75	0,34	0,40
Saúde	26.769	6,16	0,27	0,34	17.419	4,42	0,19	0,23
Segurança e saúde no trabalho	6.738	1,55	0,07	0,09	4.145	1,05	0,05	0,05
Educação	1.947	0,45	0,02	0,02	1.412	0,36	0,02	0,02
Cultura	-	0,00	0,00	0,00	210	0,05	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.251	1,44	0,06	0,08	5.216	1,32	0,06	0,07
Creches ou auxílio-creche	1.960	0,45	0,02	0,02	1.760	0,45	0,02	0,02
Esporte	53	0,01	0,00	0,00	11	0,00	0,00	0,00
Transporte	11.320	2,60	0,12	0,14	18.752	4,76	0,21	0,25
Participação nos lucros ou resultados	28.115	6,47	0,29	0,36	23.475	5,96	0,26	0,31
Outros	5.516	1,27	0,06	0,07	2.650	0,67	0,03	0,03
Total - Indicadores sociais internos	**252.260**	**58,04**	**2,58**	**3,20**	**224.189**	**56,87**	**2,50**	**2,94**

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2011 R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	2010 R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	1.560	0,07	0,02	0,02	1.843	0,08	0,02	0,02
Cultura	39.938	1,81	0,41	0,51	37.161	1,56	0,41	0,49
Projeto Faz Cultura	2.281	0,10	0,02	0,03	1.740	0,07	0,02	0,02
LeiRouanet	1.408	0,06	0,01	0,02	1.837	0,08	0,02	0,02
Lei Audiovisual	4.323	0,20	0,04	0,05	1.572	0,07	0,02	0,02
Fundo de Cultura	565	0,03	0,01	0,01	245	0,01	0,00	0,00
Cine Coelba	-	0,00	0,00	0,00	115	0,00	0,00	0,00
Outros	31.361	1,42	0,32	0,40	31.652	1,33	0,35	0,42
Saúde e Saneamento	532	0,02	0,01	0,01	1.127	0,05	0,01	0,01
Esporte	118	0,01	0,00	0,00	10	0,00	0,00	0,00
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Social	708.755	32,16	7,25	9,01	406.795	17,10	4,54	5,36
Luz para Todos	433.579	19,67	4,44	5,51	295.709	12,43	3,30	3,90
Universalização	275.176	12,49	2,82	3,50	111.034	4,67	1,24	1,46
Outros	-	0,00	0,00	0,00	52	0,00	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	31.903	1,45	0,33	0,41	23.639	0,99	0,26	0,31
Outros	835	0,04	0,01	0,01	528	0,02	0,01	0,01
Total das Contribuições para a Sociedade	**783.641**	**35,56**	**8,02**	**9,96**	**471.103**	**19,81**	**5,26**	**6,21**
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	3.930.644	178,34	40,23	49,95	(4.414)	-0,19	-0,05	-0,06
Total - Indicadores sociais externos	**4.714.285**	**213,89**	**48,25**	**59,91**	**466.689**	**19,61**	**5,21**	**6,15**

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	2011 R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	2010 R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa								
Manejo da vegetação	17.110	0,78	0,18	0,22	9.906	0,42	0,11	0,13
Substituição de equipamentos	14.475	0,66	0,15	0,18	5.235	0,22	0,06	0,07
Reciclagem de óleo	379	0,02	0,00	0,00	158	0,01	0,00	0,00
Licenciamento ambiental	3.145	0,14	0,03	0,04	2.405	0,10	0,03	0,03
Rede compacta ou isolada	53.403	2,42	0,55	0,68	52.407	2,20	0,59	0,69
Educação ambiental	97	0,00	0,00	0,00	181	0,01	0,00	0,00
Energia solar fotovoltaica	724	0,03	0,01	0,01	20.382	0,86	0,23	0,27
Sistema de Gestão Ambiental	7.430	0,34	0,08	0,09	429	0,02	0,00	0,01
Outros projetos ambientais	11.235	0,58	0,11	0,14	6.625	0,28	0,07	0,09
Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa	**107.998**	**4,97**	**1,11**	**1,36**	**97.728**	**4,12**	**1,09**	**1,29**
Investimento em programas e/ou projetos externos								
Pesquisa e Desenvolvimento	2.269	0,10	0,02	0,03	1.646	0,07	0,02	0,02
Eficientização Energética	37.727	1,71	0,39	0,48	63.652	2,68	0,71	0,84
Educação ambiental para comunidade	18.211	0,83	0,19	0,23	12.214	0,51	0,14	0,16
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	3.382	0,15	0,03	0,04	15.031	0,63	0,17	0,20
Outros	39	0,00	0,00	0,00	30	0,00	0,00	0,00
Total dos investimento em programas e/ou projetos externos	**61.628**	**2,79**	**0,63**	**0,78**	**92.573**	**3,89**	**1,04**	**1,22**
Total dos investimentos em meio ambiente	**107.998**	**4,90**	**1,11**	**1,37**	**97.728**	**4,11**	**1,09**	**1,29**

	2011	2010
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	59	56
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	373	4.324
Passivos e contingências ambientais.	8.047	14
Quanto ao estabelecimento de **meta anuais** para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) Não possui Metas, ( ) Cumpre de 0 a 50%, ( ) Cumpre de 51 a 75%, (x) Cumpre de 76 a 100%	( ) Não possui Metas, ( ) Cumpre de 0 a 50%, ( ) Cumpre de 51 a 75%, (x) Cumpre de 76 a 100%

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	5.137	5.096
Nº de admissões durante o período	422	423
Nº de desligamentos durante o período	447	411
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	19.890	19.139
Nº de estagiários(as) (1)	385	337
Nº de empregados acima de 45 anos	2.632	2.777
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	0	0
de 18 a 35 anos	1.814	1.646
de 36 a 60 anos	3.273	3.405
acima de 60 anos	50	45
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	0	0
com ensino fundamental	405	462
com ensino médio	1.698	1.312
com ensino técnico	953	1.281
com ensino superior	1.638	1.586
pós- graduados	443	455
Nº de empregados por sexo:		
homens	3.038	2.979
mulheres	2.099	2.117
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	78%	79%
mulheres	22%	21%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.640	2.171
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,50%	2%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)	138	156
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	478.229	290.769
Administradores	9.654	13.403

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Balanço Social Consolidado – Informação adicional (Não Auditado)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

	2011			2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	41			49		
Nº total de acidentes de trabalho	166			172		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) (X) Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) (X) Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva

	2011	2010
Contencioso Cível:		
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	332673	435954
no procon	2884	4286
na justiça	23238	23994
% das reclamações e críticas solucionadas:		
na empresa	98%	90%
no procon	87%	90%
na justiça	62%	63%
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	22.591	16.994

Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:

1 - Contagem do prazo de 15 dias para suspensão do fornecimento pela data da apresentação da fatura e não da emissão da mesma
2 - Alteração nas planilhas dos processos de irregularidade no SAP/CCS;
3 - Procedimento para aplicação de sazonalidade para consumidores não industrial;
4 - Suspensão de cobrança de diferença de consumo para consumidor regular com derivação do ramal para terceiros;
5 - Orientação para classificação correta de Quadra de Esportes do poder público;
6 - Contratação de consultoria para diagnosticar e propor melhorias do processo de RDE, Irregularidade e Qualidade do Fornecimento.

Observações:
(1) - Os valores que compõem os indicadores sociais internos abrangem os colaboradores e os administradores. Não possuímos os valores de terceirizados e autônomos.

Contigências e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	1.830	1.888
julgados procedentes	811	560
julgados improcedentes	187	113
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	30.862	18.558
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	Em 2011: 7.869.917	Em 2010: 7.588.563
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	58,30% governo 5,28% colaboradores(a) 13,09 % acionistas 12,98% terceiros 3,26% Reserva SUDENE 7,09 %Retido	57,45% governo 4,96% colaboradores(a) 14,91% acionistas 10,38% terceiros 4,10% Reserva SUDENE 8,20%Retido

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

NEOENERGIA S.A CNPJ:01.083.200/0001-18
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A NEOENERGIA S.A. (“NEOENERGIA” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar – Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 23 de janeiro de 2012.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controlada em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		31/12/11		31/12/10	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,45	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA CORUMBA III	(e)	-	15,58	-	15,58
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(c)	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES	(a)	50,01	-	-	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
CAPUAVA	(d)	-	100,00	-	-
CALANGO I	(a)	50,00	-	50,00	-
CALANGO II	(a)	50,00	-	50,00	-
CALANGO III	(a)	50,00	-	50,00	-
CALANGO IV	(a)	50,00	-	50,00	-
CALANGO V	(a)	50,00	-	50,00	-
MEL I	(a)	50,00	-	50,00	-
ARIZONA I	(a)	50,00	-	50,00	-
CAETITÉ I	(a)	50,00	-	50,00	-
CAETITÉ II	(a)	50,00	-	50,00	-
CAETITÉ III	(a)	50,00	-	50,00	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA		99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	1,00	99,00	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(a)	99,00	1,00	-	-

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.
(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 14.
(c) Participação através de Belo Monte Participações. Vide nota explicativa nº 14.
(d) Participação através de EnergyWorks. Vide nota explicativa nº 14.
(e) Participação através de Geração CIII. Vide nota explicativa nº 14.

	Percentual da Participação (%)			
	31/12/11		31/12/10	
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Ancona Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Bilbao	100,00	-	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-

Adicionalmente, a informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificada, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2010		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3.391.601	-	3.391.601
Contas a receber de clientes e outros	1.958.110	-	1.958.110
Títulos e Valores Mobiliários	243.319	-	243.319
Impostos e Contribuições a recuperar	406.740	-	406.740
Estoques	16.504	-	16.504
Fundos vinculados	5.857	5.857	-
Despesas pagas antecipadamente	19.196	-	19.196
Serviços em curso	96.588	-	96.588
Concessão do Serviço Público	-	(26.098)	26.098
Outros ativos circulantes	214.619	31.306	183.313
TOTAL DO CIRCULANTE	6.352.534	11.065	6.341.469
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	1.040.174	-	1.040.174
Títulos e Valores Mobiliários	127.299	9.474	117.825
Impostos e Contribuições a recuperar	81.104	-	81.104
Coligadas e controladas	2.960	-	2.960
Impostos e contribuições sociais diferidos	333.502	-	333.502
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	598.170	-	598.170
Fundos vinculados	100.315	(9.474)	109.789
Depositos Judicias	304.552	(5.857)	310.409
Despesas pagas antecipadamente	2.676	-	2.676
Entidade de Previdência Privada	43.702	-	43.702
Concessão do Serviço Público	722.164	-	722.164
Outros ativos não circulantes	44.599	-	44.599
Investimentos	20.493	-	20.493
Imobilizado	3.550.615	(5.208)	3.555.823
Intangível	6.276.784	(9.914)	6.286.698
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	13.249.109	(20.979)	13.270.088
TOTAL DO ATIVO	19.601.643	(9.914)	19.611.557

	Consolidado		
Neoenergia S.A.	31/12/2010		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	759.320	-	759.320
Empréstimos e financiamentos	545.324	(2.592)	547.916
Debêntures	609.563	-	609.563
Salários e encargos a pagar	69.853	-	69.853
Taxas regulamentares	152.702	(1.466)	154.168
Impostos e Contribuições a recolher	392.093	-	392.093
Dividendos e Juros sobre capital proprio	120.787	-	120.787
Provisões	27.269	-	27.269
Entidade de Previdência Privada	14.355	-	14.355
Concessão do Serviço Público	-	(16.512)	16.512
Outros passivos circulantes	226.842	17.356	209.486
TOTAL DO CIRCULANTE	2.918.108	(3.214)	2.921.322
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	12.722	-	12.722
Empréstimos e financiamentos	3.490.632	2.592	3.488.040
Debêntures	1.121.636	-	1.121.636
Taxas regulamentares	87.845	-	87.845
Impostos e Contribuições a recolher	11.791	-	11.791
Impostos e contribuições sociais diferidos	184.456	-	184.456
Provisões	179.505	-	179.505
Entidade de Previdência Privada	292.984	-	292.984
Coligadas e controladas	3.787	-	3.787
Concessão do Serviço Público	-	(21.731)	21.731
Outros passivos não circulantes	28.685	12.439	16.246
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.414.043	(6.700)	5.420.743
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	4.739.025	-	4.739.025
Reservas de Capital	2.288	-	2.288
Reservas de Lucro	5.230.982	-	5.230.982
Outros resultados abrangentes	21.146	-	21.146
Dividendos adicional	414.408	-	414.408
Acionistas não controladores	861.643	-	861.643
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	11.269.492	-	11.269.492
TOTAL DO PASSIVO	19.601.643	(9.914)	19.611.557

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. CONCESSÕES

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/97	07/08/27
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/00	30/03/30
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

Comercialização	Localidade	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	-	-	29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,0 MW	9,0 MW	08/08/97	07/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	8,0 MW	8,0 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	450 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532 MW	490,6 MW	455 MW	15/12/00	18/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,91 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	12,71 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	17/02/04	16/02/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	17/12/02	16/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	81,4 MW	77 MW	15/08/06	15/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	93,6 MW	50,9 MW	50,9 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	09/12/99	09/12/29
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	03/07/07	28/06/42
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	10,4 MW	10,4 MW	10,4 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW	5,6 MW	5,6 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW	34,9 MW	34,9 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW	10,7 MW	10,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW	14,7 MW	14,7 MW	1999	2028

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (Mwmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/ Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
BELO MONTE	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3.199,7 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	-	-
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	-	-
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	-	-
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,0 MW	-	-	-
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	-	-
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	-	-

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, mensuração do uso de bem público, estimativas do valor justo das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira que não sejam instrumento de hedge ou objeto de hedge, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio liquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social (“IR e CS”) são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

As Companhias Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 27).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributaria.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público (indenização), outros créditos e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de hedge.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos Financeiros

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumento de hedge.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

- Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.7 – Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses contratos foram contabilizados como instrumentos financeiros instrumento de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 34).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), a Companhia classifica os hedges como hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Notas Explicativas

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e do item coberto durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

A Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

3.8 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

3.9 – Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

3.10 – Títulos e valores mobiliários

Notas Explicativas

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

3.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

3.12 – Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.13 – Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Coelba e Cosern, que ocorre a cada cinco anos, e da Celpe, que ocorre a cada quatro anos, (próxima revisão tarifária prevista para abril de 2013) o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

3.14 – Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos.

Notas Explicativas

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

3.15 – Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2009 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 14).

3.16 – Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura é efetuado pelo menos anualmente (31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação

Notas Explicativas

em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.17 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

De acordo com o preconizado no CPC 38, as obrigações em moeda estrangeira são consideradas como itens objeto de hedge (*hedge accounting*), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado.
Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, o CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

3.18 – Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Notas Explicativas

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

g) Uso de Bem Publico

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

h) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

3.19 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, os quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que no mínimo 25% do lucro líquido anual seja declarado a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia e suas controladas.

3.20 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

3.21 – Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

Notas Explicativas

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.22 – Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

3.23 – Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3.24 – Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG’s e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.25 – Segmento de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal

Notas Explicativas

gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3.26 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo nas datas de aquisição das parcelas adicionais, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

4.1. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na nota explicativa nº 27.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras.

4.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O *IFRS* 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o *IAS* 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O *IFRS* 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O *IFRS* 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O *IFRS* 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos *IAS* 27 (CPC 35), *IAS* 31 (CPC 19) e *IAS* 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Neoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.

As demonstrações contábeis da controlada em conjunto Termoaçu, Teles Pires e as empresas Eólicas, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações contábeis da investida.

	Termoaçu		Teles Pires	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Ativo	801.665	786.612	20.586	-
Circulante	89.585	43.216	13.361	-
Não Circulante	712.080	743.396	7.225	-
Passivo	801.656	786.612	20.586	-
Circulante	68.262	68.028	2.637	-
Não Circulante	-	-	231	-
Patrimônio Líquido	733.394	718.584	17.718	-

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Caixa e Depósitos bancários à vista	147	185	280.015	297.518
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.159.882	421.261	1.239.928	484.009
Fundos de investimento	1.990.393	2.378.284	2.735.543	2.610.074
	3.150.422	2.799.730	4.255.486	3.391.601

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

		Consolidado	
	Ref.	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Consumidores	(a)	3.111.350	2.905.054
Títulos a Receber	(b)	130.041	154.657
Comercialização de Energia na CCEE	(c)	75.430	74.123
Disponibilização do Sistema de Distribuição		35.157	29.553
Serviços Prestados a Terceiros		93.431	70.560
Outros Créditos		99.457	106.027
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(d)	(558.488)	(341.690)
Total		2.986.378	2.998.284
Circulante		2.078.466	1.958.110
Não Circulante		907.912	1.040.174

(a) Consumidores

	Consolidado						
	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/11	31/12/10 Reclassificado	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Setor Privado							
Residencial	713.266	220.369	452.681	1.386.316	1.234.095	(345.373)	(123.067)
Industrial	193.304	16.014	101.394	310.712	322.508	(55.017)	(81.801)
Comercial, serviços e outras	298.049	53.079	90.005	441.133	398.471	(47.096)	(48.074)
Rural	59.157	18.347	86.506	164.010	138.923	(46.553)	(27.438)
	1.263.776	307.809	730.586	2.302.171	2.093.997	(494.039)	(280.380)
Setor Público							
Poder Público							
Federal	14.699	2.543	3.863	21.105	20.860	(1.484)	(2.820)
Estadual	168.744	3.950	1.917	174.611	182.045	(1.438)	(1.643)
Municipal	181.484	17.137	17.861	216.482	223.011	(29.912)	(28.056)
	364.927	23.630	23.641	412.198	425.916	(32.834)	(32.519)
Iluminação pública	49.352	14.954	9.965	74.271	72.467	(2.456)	(5.199)
Serviço público	80.330	3.176	7.946	91.452	91.693	(11.656)	(10.611)
Fornecimento não faturado	231.258	-	-	231.258	220.981	-	-
Consumidores	1.989.643	349.569	772.138	3.111.350	2.905.054	(540.985)	(328.709)
Circulante				1.220.843	1.083.349	(165.827)	(171.789)
Não Circulante				1.890.507	1.821.705	(375.158)	(156.920)

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a Receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/11	31/12/10 Reclassificado	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Setor Público	4.744	1.809	37	6.590	6.397	(44)	(89)
Setor Privado	102.245	15.705	5.501	123.451	148.260	(4.427)	(3.486)
Total	106.989	17.514	5.538	130.041	154.657	(4.471)	(3.575)
Circulante				125.363	115.947	(1.104)	(1.941)
Não Circulante				4.678	38.710	(3.367)	(1.634)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.
Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a Receber	Outros Créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reclassificado)	(328.709)	(3.575)	(9.406)	(341.690)
Adições	(286.447)	(1.262)	(5.322)	(293.031)
Reversões	29.398	366	1.696	31.460
Baixados a Reserva	44.773	-	-	44.773
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(540.985)	(4.471)	(13.032)	(558.488)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

					Consolidado	
Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	15.069	16.973
Banco do Brasil		CDB	mar-13	CDI	28.701	43.792
Banco do Brasil	(1)	Fundo de Investimento	mar-11 / jun-12	CDI	6.593	12.211
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	out-15	CDI	23.076	20.792
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	5.067	9.993
Banco Itaú		CDB	jan-10	CDI	16.312	14.367
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	19.698	2.729
Banco Itaú	(2)	Títulos Públicos	mai-12 / ago-12 / fev-13	CDIC	15.961	14.697
Banco Itaú	(2)	CDB	out-13	CDI	-	5
Banco Nordeste do Brasil		CDB	Diversos	CDI	4.782	-
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	(*)	CDI	7.502	9
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-14	CDI	742	1.085
Banco Nordeste do Brasil		Fundo	jan-10	Variável	552	1.273
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	dez-12	CDI	2.000	1.510
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	-	14.388
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	92.954	19.410
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	28.675	154.050
Bradesco	(2)	CDB	mar-12 / jan-13 / set-13	CDI	2.267	9.870
Bradesco	(2)	CDB	out-11	CDI	999	895
Bradesco	(2)	LFT	mar-12	CDI	5.555	6.753
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	diversos	CDI	-	7.174
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	4.727	7.564
Caixa Econômica Federal		LFT	diversos	CDI	-	132
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	226	202
Santander	(1)	CDB/CDI	(*)	CDI	5.871	1.270
Santander		CDB	jan-10	CDI	6.260	-
Votorantim		CDB	diversos	CDI	312	-
Votorantim	(2)	CDB	dez-11	CDI	112	-
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	1.195	-
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	9.889	-
Votorantim		CDB	jun-13	CDI	11.515	-
Total					316.612	361.144
Circulante					177.470	243.319
Não Circulante					139.142	117.825

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras.
(2) Constituem garantia para contrato de energia.
(*) Aplicações com liquidez sem vencimento pré-determinado.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(a)	92.719	61.738	191.651	91.276
Contribuição Social - CSLL	(a)	3.843	2.605	28.304	14.771
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	79.475	94.459
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	5.650	14.298	27.594
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	38.308	36.133	158.865
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	9.171	6.260
IOF		3.811	-	3.811	-
Imposto sobre Serviços - ISS		21	-	1.035	392
Outros		631	3.620	1.384	13.123
		101.025	111.921	365.262	406.740
Não-Circulante					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	85.103	78.577
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	304	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	1.173	-
Recuperação Fiscal - REFIS	(d)	-	-	2.412	2.527
Outros		-	-	235	-
		-	-	89.227	81.104
Total		101.025	111.921	454.489	487.844

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipado corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda – IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto principalmente por ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados à prestação de serviços pela Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000

(c) A Companhia e suas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Itapebi impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 2004, argüindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, as Companhias obtiveram o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procederam o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante atualizado até 31/12/2011, de R$ 185.326, dos quais R$164.560 foram efetivamente utilizados até 31/12/2011.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Coelba, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Vide nota explicativa nº. 25 – Provisões.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro real, o IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%. Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro presumido o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 0,65% e 3,0%, as quais são aplicáveis aos contribuintes que elegeram ao regime cumulativo.

	Ativo				Passivo			
	31/12/11		31/12/10		31/12/11		31/12/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos Fiscais	2.131	533	-	-	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	992.696	249.278	980.437	244.969	568.627	141.975	545.682	135.345
	994.827	249.811	980.437	244.969	568.627	141.975	545.682	135.345
Contribuição Social								
Base Negativa	2.131	192	-	-	-	-	-	
Diferenças Temporárias	942.083	85.262	983.701	88.533	567.986	51.119	545.682	49.111
	944.214	85.454	983.701	88.533	567.986	51.119	545.682	49.111
Total		335.265		333.502		193.094		184.456

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	31/12/11		31/12/10	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	160.227	160.227	108.186	108.186
Provisão para passivo atuarial	291.672	291.672	302.227	302.227
Provisão para demissão voluntária	927	927	1.146	1.146
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	217.011	217.011	186.400	186.400
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	9.919	9.919	19.333	19.333
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.021	5.021	4.759	4.759
Pis/Cofins diferidos	85.778	85.778	65.488	65.488
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	3.512	6.776
Incentivo Fiscal Sudene	34.961	-	-	-
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	-	-	29	29
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	59.904	59.904	12.944	12.944
Déficit plano previdenciário	2.130	2.130	2.130	2.130
Ativos e passivos regulatórios	77.708	77.708	134.647	134.647
Outros	42.470	26.818	132.537	132.537
Total Ativo	994.827	944.214	980.437	983.701
Passivo				
Precatório Finsocial/PAES	8.122	8.122	10.847	10.847
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	2.128	2.128	5.136	5.136
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	106.075	105.435	48.831	48.831
Ajuste da quota anual de amortização	117.576	117.576	144.681	144.681
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	138.709	138.709	85.095	85.095
Déficit plano previdenciário	443	443	140	140
Superávit plano previdenciário	48.025	48.025	28.757	28.757
Ativos e Passivos regulatórios	128.110	128.110	189.384	189.384
Custo de Captação	19.439	19.438	6.826	6.826
Outros	-	-	25.985	25.985
Total Passivo	568.627	567.986	545.682	545.682

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

		Consolidado			
		31/12/11		31/12/10	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
				(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		3.527.259	3.527.259	3.736.909	3.736.909
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(51.965)	(51.965)	(53.491)	(53.491)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(16.259)	(16.259)	(20.053)	(20.053)
Juros sobre capital próprio		(838.986)	(838.986)	(264.494)	(264.494)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		2.620.049	2.620.049	3.398.871	3.398.871
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		655.012	235.804	849.716	305.897
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização Ágio Participação Societária		25.075	9.027	25.482	9.173
Perda de Equivalência Patrimonial		166	60	-	-
JSCP		63.923	23.012	58.419	21.031
Juros sobre Obras em Andamento - JOA		-	15	-	17
Contribuições e Doações		955	344	971	349
Multas Indedutíveis		938	338	928	334
Depreciação Veículos Executivos		432	154	470	169
Excesso Despesas Previdenciárias		3.511	1.264	3.242	1.167
Efeito Regime Lucro Presumido		(21.702)	(7.802)	-	-
Outras Adições		28.465	7.402	6.207	2.166
Subtotal Adições		101.763	33.814	95.719	34.406
(-) Exclusões					
Equivalência Patrimonial		(353.513)	(127.265)	(421.411)	(153.795)
Reversão da Provisão do Ágio		(16.053)	(5.779)	(14.668)	(5.280)
Reversão da PMIPL		(9.164)	(3.299)	(11.283)	(4.060)
Incentivo Fiscal SUDENE		(256.269)	-	(310.933)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT		(10.024)	-	(7.068)	-
Efeito Regime Lucro Presumido		(9.766)	(2.392)	(10.596)	(3.133)
Outras Exclusões		(15.895)	(1.409)	(8.056)	(2.709)
Subtotal Exclusões		(670.684)	(140.144)	(784.015)	(168.977)
Imposto de renda e contribuição social no período		86.091	129.474	161.420	171.326
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social gerado (compensado)		1.549	995	4.215	1.559
Imposto de renda e contribuição social no resultado		87.640	130.469	165.635	172.885
Corrente		94.400	127.697	146.743	164.316
Diferido		(6.760)	2.772	18.892	8.569
		87.640	130.469	165.635	172.885

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Notas Explicativas

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39 , 20 (R1) (Custos de Empréstimos) – IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (R1) (Contrato de Concessão) – IFRIC12.

11. BENEFÍCIO FISCAL - ÁGIO INCORPORADO

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n˚s 319/99 e 349/01.

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis consolidadas, o valor líquido total de R$ 546.207 (R$ 598.170), que, em essência, representa o crédito fiscal, foi classificado no ativo não circulante como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das controladas apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Ágio - incorporado	3.443.491
Provisão Constituída	(2.272.705)
Benefício fiscal	1.170.786
Amortização acumulada	(1.684.169)
Reversão acumulada	1.111.553
Saldos em 31 de dezembro de 2010	598.170
Amortização	(152.801)
Reversão	100.838
Saldos em 31 de dezembro de 2011	546.207
Ativo Circulante	-
Ativo Não Circulante	546.207

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais para Coelba, agosto de 2001, em 336 parcelas mensais para Celpe, dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais para Cosern, maio de 2004, 248 parcelas mensais para Termopernambuco e dezembro de 2006, em 325 parcelas mensais para Itapebi e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 para Coelba, nº 192, de 31 de maio de 2001 para Celpe, nº 474, de 30 de novembro de 2000 para Cosern.

O Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005, alterou a curva autorizada para a amortização do ágio na Coelba.

A curva autorizada por meio da Resolução ANEEL nº. 474, de 30 de novembro de 2000, para a amortização dos ágios nas controladas, estão assim composta:

Curvas de amortização de ágio

Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI	Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI
2010	0,04930	0,04133	0,04184	0,05830	0,09702	2022	0,03130	0,02666	0,02140	0,01220	0,00986
2011	0,04930	0,03983	0,04033	0,05320	0,08710	2023	0,02970	0,02551	0,02045	0,01010	0,00847
2012	0,04750	0,03842	0,03641	0,04640	0,07771	2024	0,02820	0,02442	0,01860	0,00830	0,00727
2013	0,04420	0,03705	0,03480	0,04010	0,06660	2025	0,02680	0,02336	0,01773		0,00625
2014	0,04350	0,03741	0,03342	0,03510	0,05944	2026	0,02540	0,02235	0,01690		0,00536
2015	0,04340	0,03575	0,03202	0,03100	0,05205	2027		0,02138	0,01690		0,00461
2016	0,04180	0,03430	0,02918	0,02630	0,04534	2028			0,01476		0,00396
2017	0,04010	0,03289	0,02798	0,02270	0,02878	2029					0,00340
2018	0,03790	0,03153	0,02682	0,02100	0,01883	2030					0,00292
2019	0,03680	0,03022	0,02573	0,01820	0,01558	2031					0,00250
2020	0,03480	0,02907	0,02335	0,01580	0,01338	2032					0,00215
2021	0,03280	0,02784	0,02238	0,01380	0,01149	2033					0,00185

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Trabalhistas		1.870	1.858	93.172	88.279
Cíveis		11	-	55.414	47.070
Fiscais:		93.883	88.599	135.634	159.472
PIS / COFINS	(a)	93.883	88.599	105.739	99.697
Incentivo Fiscal SUDENE	(b)	-	-	7.329	44.860
Outros	(c)	-	-	22.566	14.915
Outros		-	-	18.023	15.588
Total		95.764	90.457	302.243	310.409

(a) O depósito judicial de PIS e COFINS esta composto da seguinte forma:

(a1) A Coelba, Celpe e Cosern acolheram determinação judicial, emanada de Mandado de Segurança individual impetrado pela Neoenergia S.A. (Guaraniana à época), processo nº 2002.5101000216/4, na qual as controladas foram oficiadas a depositar os valores do imposto de renda retido na fonte – IRRF, incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio – JSCP, lançado em dezembro de 2001 nas empresas Coelba, Celpe e Cosern, em favor da Neoenergia S.A., que deveriam ser recolhidos à Receita Federal. Em julho de 2010 foi proferida decisão judicial favorável à União Federal e a mesma levantou o referido depósito. Em conseqüência disto, a Neoenergia tem registrado o respectivo crédito fiscal no valor de R$ 19.661 (R$ 19.661 em 2010).

(a2) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, devidamente atualizado, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96.

(b) A Coelba desistiu do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, sendo assim, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

(c) A Termopernambuco mantém, depósito em juízo de R$ 5.621 até o julgamento final do mérito, referente ao IRRF incidente sobre a fatura de nº 200.000.0087, emitida em outubro de 2002, relativa à prestação de serviço da Iberdrola Energia S.A..

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	-	-	23.857	86.961
Adiantamentos a Empregados		3	31	2.827	2.474
Adiantamentos a Fornecedores		42	62	3.098	8.257
Serviços Prestados a Terceiros		-	-	7.525	6.964
Alienações em Curso		-	-	1.614	2.269
RGR a compensar		-	-	647	701
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	-	-	13.152	10.845
Desativações em Curso		-	-	7.514	9.515
Dispêndios a Reembolsar em Curso	(c)	-	-	11.010	24.921
Cobrança extra judicial		-	-	6.424	2.414
Adiantamentos de crédito a receber	(d)	25.197	12.865	26.835	14.503
Uso mútuo de postes		-	-	4.848	-
Outros créditos a receber		-	-	21.908	58.088
Total		25.242	12.958	131.259	227.912
Ativo Circulante		10.107	328	105.515	183.313
Ativo Não Circulante		15.135	12.630	25.744	44.599

(a) O Governo Federal, através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional da Coelba, Celpe e Cosern.

Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1° da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no art. 5° da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002. Por meio da Lei nº 12.212, de 2010, a partir de 2011 o consumidor passa a ser obrigado a estar inscrito junto ao Cadastro Único do Governo Federal.

(b) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pela Coelba, no valor de R$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.

(c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis através de subvenções de recursos do Governo Federal.

(d) Referem-se principalmente a adiantamento para aquisição de direitos da RIO PCH que serão recebidos com dividendos futuros do acionista minoritário e a adiantamento concedido pela Bandeirantes para veiculação de mídia.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. INVESTIMENTOS

Abaixo as informações sobre as investidas:

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Ações possuídas (em milhares) Preferenciais	Participação no capital Integralizado %	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido no período
COELBA		31/12/11	98.122	67.179	87,84	542.163	2.297.937	750.490
		31/12/10	98.122	67.179	87,84	542.163	2.132.028	681.268
CELPE		31/12/11	66.023	864	89,65	590.174	1.607.294	283.415
		31/12/10	66.023	864	89,65	590.174	1.481.600	359.682
COSERN		31/12/11	110.782	31.153	84,45	179.787	769.748	232.128
		31/12/10	110.782	31.153	84,45	179.787	666.017	192.908
ITAPEBI		31/12/11	44.100	-	42,00	105.000	396.096	149.002
		31/12/10	44.100	-	42,00	105.000	321.939	108.546
TERMOPE		31/12/11	214.570	-	100,00	214.570	436.273	92.210
		31/12/10	214.570	-	100,00	214.570	435.894	77.577
BAGUARI I	(4)	31/12/11	87.133	-	100,00	87.133	97.857	14.808
		31/12/10	76.000	-	100,00	87.133	89.240	10.789
GOIAS SUL	(5)	31/12/11	109.643	-	100,00	188.446	186.075	5.500
		31/12/10	109.643	-	100,00	109.643	104.317	(4.857)
GERAÇÃO C III	(6)	31/12/11	128.566	-	100,00	147.575	164.926	22.533
		31/12/10	70.265	-	100,00	128.566	128.489	9.840
RIO PCH I	(8)	31/12/11	74.166	-	70,00	105.951	114.140	10.702
		31/12/10	74.166	-	70,00	105.951	104.367	3.036
BAHIA PCH I	(9)	31/12/11	49.174	-	100,00	91.067	97.527	6.812
		31/12/10	49.174	-	100,00	49.174	58.397	8.418
SE NARANDIBA		31/12/11	16.000	-	100,00	16.000	16.055	155
		31/12/10	1	-	100,00	16.000	15.955	(34)
AGUAS DA PEDRA	(7)	31/12/11	145.557	-	51,00	253.000	313.978	83.469
		31/12/10	145.557	-	51,00	253.000	249.586	(1.172)
TERMOAÇU	(1)	31/12/11	290.047	-	23,13	699.736	733.394	14.821
		31/12/10	290.047	-	23,93	161.849	165.586	1.525
GERAÇÃO CÉU AZUL		31/12/11	1	-	100,00	5.231	4.860	(52)
		31/12/10	1	-	100,00	366	51	(287)
NC ENERGIA		31/12/11	13.600	-	100,00	15.486	15.741	4.999
		31/12/10	13.600	-	100,00	13.600	65.189	28.921
NEOSERV	(2)	31/12/11	1	-	100,00	2.631	8.302	3.603
		31/12/10	1	-	100,00	726	5.448	2.178
GARTER		31/12/11	1	-	100,00	-	40	(10)
		31/12/10	1	-	100,00	-	51	(9)
AFLUENTE GERAÇÃO	(3)	31/12/11	98.122	67.179	87,84	30.916	42.350	7.535
		31/12/10	98.122	67.179	87,84	30.916	41.322	5.087
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(3)	31/12/11	55.416	7	87,84	63.084	81.257	21.162
		31/12/10	55.417	7	87,84	63.084	79.431	15.262
BELO MONTE PARTICIPACÕES	(10)	31/12/11	198.001	-	100,00	200.001	209.514	8.483
		31/12/10	-	-	100,00	200.001	202.934	2.933
NORTE ENERGIA		31/12/11	180.010	-	10,00	-	1.152.264	(1.121)
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
ENERGYWORKS	(11)	31/12/11	214.479	-	100,00	117.964	132.680	4.094
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
CAPUAVA	(11)	31/12/11	-	-	100,00	11.456	17.718	2.334
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
ECIII		31/12/11	-	-	15,58	116.706	127.219	6.113
		31/12/10	-	-				
NEOINVEST		31/12/11	24.200	-	100,00	24.200	22.945	841
		31/12/10	1	-	100,00	23.600	23.527	(35)
TELES PIRES	(12)	31/12/11	1	-	50,01	192.648	190.518	(2.133)
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
CALANGO I	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
CALANGO II	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
CALANGO III	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
CALANGO IV	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
CALANGO V	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
MEL I	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	10	9
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
ARIZONA I	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ I	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ II	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	5	4
		31/12/10	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ III	(13)	31/12/11	1	-	50,00	1	2	1
		31/12/10	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(1) TERMOAÇU

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobrás. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobrás para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um Acordo de Cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do Acordo de Cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Investimentos - ações	262.551	259.124
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(100.431)	(49.186)
Investimento líquido	193.858	241.676

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral efetuou em 2001 provisão para perda no montante de R$ 51.245 para cobrir eventuais incertezas, não prevendo perdas adicionais às já registradas. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

(2) NEOENERGIA SERVIÇOS

Em 08 de novembro de 2001, a Companhia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA - NEOSERV. A Companhia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(3) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que anui com a versão patrimonial e conseqüentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. (“Imanisse”), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente (“Protocolo de Cisão”), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse.

Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente.

A cisão parcial da Afluente-G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente-T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

(4) BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e energia assegurada de 81,4 MW médios. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(5) GOIÁS SUL

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). A energia assegurada total é de 29,47 MW médios, sendo 17,09 MW médios para Goiandira e 12,37 MW médios para Nova Aurora. As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.
(6) GERAÇÃO C III

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Geração C III S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW e energia assegurada de 50,9 MW médios. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(7) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia (51%), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e ELETRONORTE, é responsável pela construção da UHE Dardanelos. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(8) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 70% e os 30% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., onde estão implantadas as Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(9) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério – BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia através de contrato bilateral a partir de dezembro de 2009.

(10) BELO MONTE PARTICIPAÇÕES

A Neoenergia possui a participação de 100% em BELO MONTE PARTICIPAÇÕES, empresa de propósito especifica constituída para ingresso no Consórcio Norte Energia com a participação de 10%, para a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW.

(11) ENERGYWORKS

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda, que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks do Brasil Ltda foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.267, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 130.973. A Companhia está atualmente no período de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R), tendo contratado consultor externo para proceder essa análise. Preliminarmente, o excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado a ativos imobilizados identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando seus valores de reposição e de mercado. Assim, o valor justo preliminar da adquirida está como segue:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	22.687
Contas a receber	6.339
Impostos a recuperar	4.601
Ativo imobilizado	142.341
Ativo Intangível	8.308
Outros ativos	791
Fornecedores	1.800
Salários e encargos a pagar	1.204
Imposto de renda e contribuição social	16.548
Outros impostos a pagar	1.231
Outras contas a pagar	2.017
Preço de aquisição	162.267
Valor contábil na data de aquisição	(133.175)
Preço de compra alocado	29.092

A aquisição se coaduna com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de cogeração de energia.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(12) TELES PIRES

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de Contratos de Comercialização de Energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

(13) EÓLICAS

No leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW.

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31 de dezembro de 2010	Aumento de capital	Redução de Capital	Provisão para perda	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2011
NEOINVEST.	22.104	-	-	-	-	840	-	-	22.944
COELBA	2.544.267	-	-	-	24.798	662.187	(36.699)	(754.696)	2.439.857
CELPE	1.890.423	-	-	-	13.685	247.202	(39.464)	(210.753)	1.901.093
COSERN	812.653	-	-	-	1.771	196.159	(15.599)	(155.844)	839.140
ITAPEBI	167.986	-	-	-	-	66.083	(3.075)	(38.283)	192.711
TERMOPE	434.912	-	-	-	-	92.212	(4.588)	(60.301)	462.235
BAGUARI I	91.533	-	-	-	-	14.808	-	(8.485)	97.856
GOIAS SUL	101.772	78.803	-	-	-	5.500	-	-	186.075
GERAÇÃO CIII	129.623	19.009	-	-	-	24.066	-	(7.772)	164.926
RIO PCH I	91.837	-	(2.518)	-	-	7.471	-	(2.064)	94.726
BAHIA PCH I	56.233	41.892	-	-	-	6.815	-	(7.413)	97.527
SE NARANDIBA	15.916	-	-	-	-	155	-	(16)	16.055
AGUAS DA PEDRA	126.862	-	-	-	-	42.922	-	(9.656)	160.128
TERMOAÇU	241.676	-	-	(51.245)	-	3.427	-	-	193.858
GERAÇÃO CÉU AZUL	46	4.865	-	-	-	(51)	-	-	4.860
NC ENERGIA	44.348	1.886	-	-	-	5.012	-	(35.492)	15.754
NEOSERV	54	-	-	-	-	32	-	(3)	83
GARTER	50	-	-	-	-	(10)	-	-	40
AFLUENTE GERAÇÃO	35.830	-	-	-	-	6.621	-	(5.249)	37.202
AFLUENTE TRANSMISSÃO	69.312	-	-	-	-	16.280	-	(14.214)	71.378
BELO MONTE PART.	202.412	-	-	-	-	8.398	-	(3.391)	207.419
ENERGY WORKS	-	161.652	-	-	-	4.096	-	(4.584)	161.164
BAHIA PCH II	-	878	-	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES	-	192.994	-	-	-	(2.134)	-	-	190.860
SPE EÓLICA	-	-	-	-	-	16	-	-	16
TOTAL	**7.079.849**	**501.979**	**(2.518)**	**(51.245)**	**40.254**	**1.408.107**	**(99.425)**	**(1.318.216)**	**7.558.785**

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

	31/12/2011				31/12/2010
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido Reclassificado
Em serviço					
Terrenos		65.180	-	65.180	56.285
Reservatórios, Barragens e Adutoras		1.387.277	(85.089)	1.302.188	85.457
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4%	662.981	(135.483)	527.498	941.021
Máquinas e Equipamentos	5%	1.918.539	(386.804)	1.531.735	812.335
Veículos	20%	2.211	(1.019)	1.192	738
Móveis e Utensílios	9%	5.793	(2.586)	3.207	3.863
Outros		-	-	-	23.010
Subtotal		4.041.981	(610.981)	3.431.000	1.922.709
Em curso					
Terrenos		700	-	700	20.028
Reservatórios, Barragens e Adutoras		7.713	-	7.713	192.054
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		76.073	-	76.073	602.104
Máquinas e Equipamentos		55.794	-	55.794	433.661
Veículos		-	-	-	168
Móveis e Utensílios		876	-	876	54
Material em Depósito		21.290	-	21.290	21.290
Outros		187.549	-	187.549	363.755
Subtotal		349.995	-	349.995	1.633.114
Total		4.391.976	(610.981)	3.780.995	3.555.823

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures das controladas de geração de energia elétrica.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.330.052	(407.343)	1.922.709	1.633.114	1.633.114	3.555.823
Adições	205.775	(102.794)	102.981	267.678	267.678	370.659
Baixas	(24.816)	11.168	(13.648)	(26.143)	(26.143)	(39.791)
Amortização	-	(105.277)	(105.277)	-	-	(105.277)
Transferências	1.530.970	(6.735)	1.524.235	(1.524.654)	(1.524.654)	(419)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.041.981	(610.981)	3.431.000	349.995	349.995	3.780.995

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe e Cosern (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 17).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Coelba, Celpe e Cosern é recuperada através de

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	748.262
Adições	5.223
Baixas	(1.569)
Amortização/Reversão	(25.505)
Transferências	317.123
Atualização Monetária / Valor Justo	80.877
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.124.411

As concessões das Companhias de distribuição não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. As concessões outorgadas têm prazo de vigência de 30 anos e os contratos de concessão prevêem a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/11					31/12/10
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Direito de Uso da Concessão	5,28	8.890.520	(2.509.376)	(565.723)	5.815.421	5.579.390
Ágio atribuído a Concessão	4,57	-	-	-	-	-
Direito de Uso de Software	19,61	5.592	(2.891)	-	2.701	905
Outros		49.919	(2.726)	-	47.193	61.595
Subtotal		8.946.031	(2.514.993)	(565.723)	5.865.315	5.641.890
Em curso						
Direito de Uso da Concessão		920.257	-	90.858	1.011.115	634.786
Direito de Uso de Software		248	-	-	248	224
Outros		12.935	-	-	12.935	9.798
Subtotal		933.440	-	90.858	1.024.298	644.808
Total		9.879.471	(2.514.993)	(474.865)	6.889.613	6.286.698

De acordo com os artigos nº s 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A movimentação do saldo do direito de uso da concessão está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (Reclassificado)	8.135.108	(1.956.505)	(536.713)	5.641.890	644.734	74	644.808	6.286.698
Adições	3.580	(4.299)	(609)	(1.328)	1.570.138	(112.569)	1.457.569	1.456.241
Baixas	(20.894)	5.722	(3.244)	(18.416)	(7.560)	191	(7.369)	(25.785)
Amortização	-	(561.676)	120.099	(441.577)	-	-	-	(441.577)
Transferências - Intangiveis	940.810	-	(153.933)	786.877	(1.029.684)	142.498	(887.186)	(100.309)
Transferências - Ativos Financeiros	(112.573)	-	7.922	(104.651)	(242.506)	30.034	(212.472)	(317.123)
Transferências - Outros	-	1.765	755	2.520	(1.682)	30.630	28.948	31.468
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.946.031	(2.514.993)	(565.723)	5.865.315	933.440	90.858	1.024.298	6.889.613

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável – concessão (Vide nota explicativa nº 16).

(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na Coelba e Cosern, a partir de abril de 2008 e na Celpe, a partir de abril de 2009).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.
O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

Notas Explicativas

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(c) Uso do Bem Público (UBP)

De acordo com o OCPC 05, para os contratos de concessão de geradoras em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão (autorização), o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo corresponde aos valores já despendidos e a despender no futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em se tratando de outorga variável, por exemplo, com base na receita do período, seu montante deve ser registrado como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado.

Assim a Companhia contabilizou os registros do direito de Uso de Bem Público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost Of Capital – WACC") na data de início da concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período.

18. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Fornecedores	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Energia Elétrica:	-	-	412.856	351.938
Encargos de Uso da Rede	-	-	64.335	62.714
Materiais e Serviços	2.422	1.455	329.577	234.109
Energia Livre	-	-	53.347	123.281
Total	2.422	1.455	860.115	772.042
Circulante	2.422	1.455	798.956	759.320
Não Circulante	-	-	61.159	12.722

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28.09.2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22/11/2010 a liminar foi deferida.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

		Consolidado					
	Taxa	Encargos		Principal		Total	
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	146	-	11.833	10.013	21.992	31.928
Subtotal - Banco do Nordeste		146	-	11.833	10.013	21.992	31.928
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP +	1.777	-	96.146	427.850	525.773	352.111
(-) Custos de transação	3,21% a.a.	-	-	(1.241)	(2.931)	(4.172)	(5.506)
Subtotal - BNB		1.777	-	94.905	424.919	521.601	346.605
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	128	-	26.884	94.095	121.107	134.521
(-) Custos de transação		-	-	(137)	(211)	(348)	(513)
Subtotal - BNB 6		128	-	26.747	93.884	120.759	134.008
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL +	3.223	-	116.472	1.194.659	1.314.354	1.459.593
(-) Custos de transação	2,12% a 3,12% a.a.	-	1.693	(600)	(1.700)	(607)	5.429
Subtotal - BNDES		3.223	1.693	115.872	1.192.959	1.313.747	1.465.022
BNDES Emergencial	Selic + 1% a.a.	131	-	160.032	-	160.163	-
Subtotal - BNDES Emergencial		131	-	160.032	-	160.163	-
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP +	3.110	-	142.038	752.760	897.908	505.874
(-) Custos de transação	3,12% a 4,30% a.a.	-	-	(43)	(45)	(88)	(139)
Subtotal - BNDES FINEM		3.110	-	141.995	752.715	897.820	505.735
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	1.029	-	41.467	197.301	239.797	299.944
(-) Custos de transação		-	-	(159)	(566)	(725)	(792)
Subtotal - Eletrobrás		1.029	-	41.308	196.735	239.072	299.152
FINEP		255	-	18.712	98.524	117.491	92.174
(-) Custos de transação	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a	-	-	(245)	(564)	(809)	(739)
Operações com Swap	5,27% a.a.	-	-	-	-	-	3.580
Subtotal - FINEP		255	-	18.467	97.960	116.682	95.015
BNP Paribas		-	-	-	-	-	18.017
Subtotal - BNP Paribas		-	-	-	-	-	18.017
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI +	58.493	31.966	90.000	787.210	967.669	864.524
(-) Custos de transação	1% a.a.	-	-	(3.313)	(5.004)	(8.317)	(14.434)
Operações com Swap		-	-	-	(17.922)	(17.922)	(14.633)
Subtotal - Banco do Brasil		58.493	31.966	86.687	764.284	941.430	835.457
Banco do Brasil		7.931	-	219	78.991	87.141	-
(-) Custos de transação		-	-	(563)	(627)	(1.190)	-
Subtotal - Banco do Brasil		7.931	-	(344)	78.364	85.951	-
BONDS BRL		8.225	-	-	400.000	408.225	-
(-) Custos de transação		-	-	(839)	(2.788)	(3.627)	-
Subtotal - BONDS BRL		8.225	-	(839)	397.212	404.598	-
Outros	2% a.a. / 5,5% a.a.	-	-	17	35	52	69
Subtotal - Outros		-	-	17	35	52	69
Total moeda nacional		**84.448**	**33.659**	**696.680**	**4.009.081**	**4.823.868**	**3.731.008**
Moeda estrangeira							
Banco Interamericano Desenvolvimento – BID	VC + 3% a.a.	-	-	-	-	-	1.216
Operações com Swap		-	-	-	-	-	1.168
Subtotal - Banco Interamericano Desenvolvimento – BID		-	-	-	-	-	2.384
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	2% a.a. / 4,5% a.a.	-	-	1.226	4.979	6.205	6.916
Operações com Swap		-	-	314	20	334	670
Subtotal - Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW		-	-	1.540	4.999	6.539	7.586
Safra Cayman		21	-	8.139	264.996	273.156	234.451
Operações com Swap		-	-	24.087	(14.873)	9.214	60.527
Subtotal - Safra Cayman		21	-	32.226	250.123	282.370	294.978
BANK OF AMERICA		61	-	(315)	16.710	16.456	-
Operações com Swap		-	-	(2.409)	678	(1.731)	-
Subtotal - BANK OF AMERICA		61	-	(2.724)	17.388	14.725	-
Total moeda estrangeira		**82**	**-**	**31.042**	**272.510**	**303.634**	**304.948**
Total		**84.530**	**33.659**	**727.722**	**4.281.591**	**5.127.502**	**4.035.956**

a) Captações de recursos:

Notas Explicativas

a.1) Coelba

Banco do Nordeste do Brasil – BNB no montante de R$ 243.542 para financiamento dos investimentos em 2011, proveniente do Contrato de Abertura de Crédito no valor de R$ 284.132, assinado em setembro de 2010, com prazo de 8 anos, a ser amortizado em 72 parcelas mensais a partir de outubro de 2012, com custo de 10% a.a. e juros pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente após a carência. Foram dadas como garantia a este financiamento a centralização de recebíveis, fundo de liquidez e aval da Neoenergia.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 319.568, referente ao financiamento dos investimentos realizados no 3° trimestre de 2011, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011.

Emissão de Bonds em reais – captação de recursos no mercado internacional, por meio da emissão de notas no exterior (bonds em reais) no montante de R$ 400.000, com vencimento em 27 de abril de 2016 e juros de 11,75% a.a com pagamento semestral. Os recursos foram destinados ao refinanciamento de dívida.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R$ 7.032 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

Eletrobrás – Em 2009 a Coelba assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 277/2009 (6ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Em 2011 foi liberado o montante de R$ 4.981.

a.2) Celpe

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 142.393 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2011, provenientes do Contrato de Financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março de 2011.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R$ 16.389 da FINEP para financiar o seu Projeto de Inovação, proveniente do Contrato de Financiamento assinado em Outubro de 2009. O contrato tem vencimento em fevereiro de 2018, será amortizado em 80 parcelas mensais a partir de junho de 2011, com custo de TJLP - 6% + 5% a.a. e juros pagos semestralmente.

Banco do Brasil – BB no montante de R$ 75.000 do BB referente a uma linha de crédito rural do Banco, com vencimento em janeiro de 2014, amortização em uma única parcela ao final do contrato, com custo de 98,5% do CDI e juros pagos mensalmente.

Banco Safra no montante de R$ 143.000 referentes a operações de curto prazo para cobertura de caixa com o Banco Safra, sendo a primeira no montante de R$ 18.000, vencimento em 04 de abril

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

de 2011 e custo de 107,5% do CDI e a segunda operação no valor de R$ 125.000, vencimento em 27 de abril de 2011 e custo de 106,5% do CDI. Ambos com prazo de 3 meses, juros pagos mensalmente e amortização em parcela única no vencimento.

a.3) Cosern

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R$ 77.004 para financiamento dos investimentos realizados em 2010 e 2011, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº. 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em dezembro de 2009, março de 2010 e março e novembro de 2011.

Banco do Brasil para cobertura de caixa no montante de até R$ 80.000, vencimento em 18/04/2014, amortização e juros bullet, custo 98,5% CDI, sem garantia e,

Bank Of America para cobertura de caixa no montante de US$ 9.482, correspondentes a R$ 15.000, vencimento em 06/05/2016, amortização bullet com juros semestrais, custo de LIBOR + 1,65%, sem garantia.

Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP, a última parcela de recursos no montante de R$ 5.019, relativa ao Projeto de Inovação 2009-2011, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

(b) Condições Restritivas Financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os Títulos Externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e 2010, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Condições contratuais dos empréstimos das controladas em 31 de dezembro de 2011:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
BB REN MN - BNDES	01/03/94	R$	Pgto BNDES	TJLP + 9,16% a.a.	Não aplicável	2014	Contrato Liquidado
BB REN MN - ELETROBRÁS	01/03/94	R$	Pgto Eletrobrás	IGPM + 9,16% a.a.	Não aplicável	2014	Contrato Liquidado
BNB 1	30/11/04	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2013	Fiança Bancária, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 3	29/12/05	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2012	Fiança Bancária, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 6	27/06/08	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2016	Recebíveis, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNDES 6 FINEM (A)	01/12/06	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
BNDES 6 FINEM (B)	01/12/06	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
BNDES 6 FINEM (C)	01/12/06	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
CEF/COHAB	Diversos	R$	Eletrificação Conj. Habitacional	TR + 2 a 5,5% a.a.	Não aplicável	2014	Receita Própria, Aval Governo do Estado e Fiança Bancária.
ECF 0018 UFIR	01/07/04	R$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2016	Receita Própria.
ECF 0115 UFIR	17/11/05	R$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2017	Receita Própria.
ECF 1983 UFIR	11/02/00	R$	Eletrificação Rural	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2012	Receita Própria.
ECF EMERGENCIAL 2871/2010	28/10/10	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	5 % a.a.	Não aplicável	2015	Receita Própria e Nota Promissória
FINEP	23/12/04	R$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia
FINEP	14/10/09	R$	Pesquisa e Desenvolvimento	(TJLP-6%) + 5% a a	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia.
KFW 1	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	2% a.a.	72,5% do CDI	2026	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
KFW 2	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	4,5% a.a.	92% do CDI	2016	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
BNDES 7 - FINEM (C3)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (D3)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 3,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (E3)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	4,5% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R$	Rest. da Dívida	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Clean
BID	23/03/86	US$	Programa de Expansão e Melhoramento do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado da Bahia - 2ª Etapa	3,0% a.a.+ vc	CDI - 6% a.a.	2011	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária
BNB	29/11/04	R$	Programa de Investimentos em Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2012	Centralização recebíveis, Hipoteca, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNB IV	27/06/08	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNB V	22/08/08	R$	Melhoramento em Redes de Transmissão e Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2016	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNDES/FINEM	04/10/06	R$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 4,30% a.a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia e Conta Reserva
BNDES/FINEM	12/12/07	R$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 3,30% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Conta Reserva
BNDES/FINEM	16/03/09	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 2,12 aa /TJLP + 3,12% a.a. / 4,50% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
ELETROBRÁS	1999 a 2009	R$	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz Para Todos	5% a.a	Não aplicável	2022	Nota Promissória e Receita Própria
FINEP	23/12/04	R$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	TJLP + 5% a. a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia.
FINEP	14/10/09	R$	Projeto de Inovação	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
TÍTULOS EXTERNOS	28/12/05	US$	Investimentos em Distribuição	Libor + 1,875% a.a. + vc	% do CDI	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	23/03/10	R$	Capital de giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R$	Capital de giro	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
BNB	09/09/10	R$	Ampliação e Modernização de Redes de Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2018	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNY - BONDS BRL 2016	27/04/11	R$	Reestruturação da Dívida	11,75% a.a.	Não aplicável	2016	Sem garantia
BNDES 7 - FINEM (Q4)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES/ Emergencial	14/02/02	R$	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	Não aplicável	2010	Recebíveis
BNDES/FINEM	16/03/09	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 2,12 aa TJLP + 3,12% a.a. 4,50% aa	Não aplicável	2015	
ELETROBRÁS	2001 a 2009	R$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores	6 a 9 % a.a.	Não aplicável	2018	Recebíveis/Nota Promissória
FINEP	23/12/04	R$	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2011	

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
BB nº 342.901.057	04/05/10	R$	Capital de Giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BB nº 20/00852-X	06/05/10	R$	Capital de Giro	12,149% aa	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
BNDES/FINEM	24/03/11	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 1,82 aa /TJLP + 2,82% a.a. / 5,50% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BB nº 20/00863-5	06/05/11	R$	Capital de Giro	98,5%aa CDI	Não aplicável	2014	Sem garantia
BNDES	24/12/01	R$	Construção da UHE Itapebi	TJLP + 4,50% a.a.	Não aplicável	2013	Conta Reserva
BNDES	24/12/01	R$	Construção da UHE Itapebi	TJLP + 4,25% a.a.	Não aplicável	2013	Conta Reserva
BNDES	30/06/05	R$	Construção Usina	6,625% a.a. acima da TJLP	Não aplicável	2015	
UNIÃO - BNDES	30/03/94	R$	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.		2014	Recebíveis
UNIÃO - ELETROBRÁS	30/03/94	R$	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	*TJLP+ 10,236% a.a.		2014	Recebíveis
BB REN ME	30/12/97	US$	Acordo Divida Externa	4,0% a 8,0% a.a.		2024	
BNB 1	30/11/04	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2013	Fiança Bancária, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 3	29/12/05	R$	Eletrificação	11,5% a.a.		2012	
BNB 5	16/04/08	R$	Giro	13,11% a.a.		2009	
BNB 6	27/06/08	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	10% a.a.		2016	
BNB I	23/12/04	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BNB II	27/11/06	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2014	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BNB III	30/11/07	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP + 3,21% a.a.	Não aplicável	2022	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BNDES	30/11/07	R$	Construção Usina	TLP + 2,27%	Não aplicável	2024	
BNDES	30/06/08	R$	Construção Usina	TJLP + 1,91%	Não aplicável	2023	
BNDES	20/12/07	R$	Financiamento para construção da Usina	TJLP + 2,19% a.a	Não aplicável	2026	
BNDES	07/10/08	R$	Construção Usina	TJLP + 1,81% a.a	Não aplicável	2027	
BNDES	07/08/08	R$	Construção Usina	TJLP + 2,28% a.a	Não aplicável	2024	
BNDES 5 FINEM	09/06/05	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2010	
BNDES/FINEM	23/09/05	R$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2010	
ELETROBRÁS	1994 a 2007	R$	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz Para Todos	5% a.a e 6,5% a.a	Não aplicável	2019	
BNDES 7 - FINEM (O4)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P4)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BANK OF AMÉRICA	11/04/11	US$	Capital de giro	US$ + Libor + 1,65%	107,85% CDI	2016	Sem garantia
ELETROBRÁS	2001 a 2006	R$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de subtransmissão e aquisição de medidores	6% a.a	Não aplicável	2013 a 2018	Recebíveis
BNB IV	27/06/08	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia/ Recebíveis/Fundo Liquidez
BNDES 2009 - Aditivo II	23/12/09	R$	Investimentos em redes de distribuição de energia elétrica	TJLP + 2,12 aa /TJLP + 3,12% a.a. / 4,50% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 2010 - Aditivo V	29/10/10	R$	Distribuição de energia elétrica	TJLP + 1,82 aa /TJLP + 2,82% a.a. / 5,50% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	04/05/10	R$	Capital de giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	06/05/11	R$	Capital de giro	98,5% CDI	Não aplicável	2014	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R$	Capital de giro	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
FINEP	14/10/09	R$	Projeto de Inovação	TJLP -6% + 5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES/FINEM - Aditivo IX	24/03/11	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 1,82 aa /TJLP + 2,82% a.a. / 5,50% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O8)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P8)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (Q8)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES	15/04/2009	R$	Construção Usina	TJLP + 1,92% a.a	Não aplicável	2024	Aval da Neoenergia / Conta Reserva Divida

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

O total devido em moeda nacional no consolidado desdobra-se da seguinte forma:

	Consolidado			
	31/12/11		31/12/10	
Moeda Nacional	R$	%	R$	%
Juros pré-fixados	1.643.993	34,1%	1.053.071	28,2%
UFIR	239.072	5,0%	299.152	8,0%
FINEL	-	0,0%	3.580	0,1%
TJLP	2.253.472	46,7%	1.957.310	52,5%
TR	52	0,0%	69	0,0%
CDI	687.279	14,2%	417.826	11,2%
Total	4.823.868		3.731.008	
Principal	4.705.761		3.311.440	
Encargos	118.107		419.568	

O total devido em moeda estrangeira no consolidado desdobra-se da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/11			31/12/10		
Moeda Estrangeira	Moeda de Origem	R$	%	Moeda de Origem	R$	%
Dólar norte americano	158.383	297.095	97,8%	178.467	297.362	97,5%
Euro	2.496	6.539	2,2%	3.405	7.586	2,5%
Total		303.634			304.948	
Principal		303.552			304.934	
Encargos		82			14	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Variação %	
Moeda / Indexador	31/12/11	31/12/10
EURO	9,25	(11,14)
Dólar norte-americano	12,58	(6,29)
IGP-M	5,10	11,31
FINEL	1,00	2,18
TJLP	6,00	6,00
CDI	11,64	9,75
SELIC	11,84	11,11
TR	1,26	0,60

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	Consolidado					
	31/12/11			31/12/10		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2012	-	-	-	574.003	(6.179)	567.824
2013	464.939	(6.053)	458.886	355.689	(5.172)	350.517
2014	1.128.501	(4.657)	1.123.844	784.911	(4.313)	780.598
2015	910.566	(2.581)	907.985	750.710	(2.022)	748.688
2016	765.328	(751)	764.577	194.286	(491)	193.795
Após 2016	1.060.352	(394)	1.059.958	847.008	(390)	846.618
Total	4.329.686	(14.436)	4.315.250	3.506.607	(18.567)	3.488.040

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	497.666	3.233.342	50.250	254.698	4.035.956
Ingressos	165.576	1.391.844	143.001	15.000	1.715.421
Encargos	302.440	70.280	7.151	-	379.871
Variação monetária e cambial	-	-	(6.631)	34.696	28.065
Swap	-	(2.274)	29.661	(22.551)	4.836
Efeito cumulativo marcação a mercado	208	(522)	(5.415)	9.045	3.316
Transferências	547.849	(561.521)	18.378	(18.378)	(13.672)
Amortizações e pagamentos de juros	(738.218)	(86.252)	(205.271)	-	(1.029.741)
(-) Custos de Transação	5.607	(2.157)	-	-	3.450
Saldos em 31 de dezembro de 2011	781.128	4.042.740	31.124	272.510	5.127.502

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

20. DEBÊNTURES E ENCARGOS

							Consolidado				
							31/12/11				31/12/10
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%	IGPM+13,95% a.a.	761	6.264	10.445	17.470	20.798
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(283)
	Operações com swap						-	15.301	25.097	40.398	48.617
	Subtotal - 3ª Emissão						761	21.565	35.542	57.868	69.132
	5ª Emissão	2ª	10.000	IGPM + 10,8% a.a.	10,90%		-	-	-	-	112.793
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(77)
	Subtotal - 5ª Emissão					Não aplicável.	-	-	-	-	112.716
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		2.156	78.642	157.318	238.116	317.554
	(-) Custos de transação						-	(380)	(325)	(705)	(1.247)
	Subtotal - 6ª Emissão					Não aplicável.	2.156	78.262	156.993	237.411	316.307
	7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		280	-	80.000	80.280	80.309
	(-) Custos de transação						-	(92)	(3)	(95)	-
	Subtotal - 7ª Emissão						280	(92)	79.997	80.185	80.309
CELPE	2ª Emissão	1ª	3.000,00	108,5% do CDI	15,27% a.a	Não aplicável	3.772	97.959	97.959	199.690	299.300
	(-) Custos de transação						-	(646)	(162)	(808)	(1.918)
	Subtotal - 2ª Emissão						3.772	97.313	97.797	198.882	297.382
	2ª Emissão	2ª	40.000,00	Variação IGPM + 10,95% a.a.	18,62% a.a	Não aplicável	-	-	-	-	42.033
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(18)
	Subtotal - 2ª Emissão						-	-	-	-	42.015
	3ª Emissão	Única	17.000,00	105% do CDI	13,67% a.a	Não aplicável	286	83.003	-	83.289	170.646
	(-) Custos de transação						-	(76)	-	(76)	(253)
	Subtotal - 3ª Emissão						286	82.927	-	83.213	170.393
	4ª Emissão	Única	36.000,00	111,3% do CDI	14,65%	Não aplicável	8.156	-	352.196	360.352	-
	(-) Custos de transação						-	(309)	(1.015)	(1.324)	-
	Subtotal - 4ª Emissão						8.156	(309)	351.181	359.028	-
COSERN	4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	11,50%	Não aplicável	980	35.738	71.492	108.210	146.790
	(-) Custos de transação						-	(284)	(245)	(529)	(881)
	Subtotal - 4ª Emissão						980	35.454	71.247	107.681	145.909
TERMOPE	2ª emissão	1ª	40.000	105% CDI a.a	CDI + 0,50 %	Não aplicável	2.177	96.000	220.000	318.177	389.281
	(-) Custos de transação						-	(347)	(829)	(1.176)	-
	Subtotal - 2ª emissão						2.177	95.653	219.171	317.001	389.281
ITAPEBI	1ª Emissão	1ª		IGPM+9,5%	IGPM + 9,71% a.a.		-	-	-	-	55.446
	Subtotal - 1ª Emissão					Não aplicável	-	-	-	-	55.446
	2ª Emissão	2ª		IGPM+9,5%	IGPM + 9,70% a.a.		-	-	-	-	52.580
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(271)
	Subtotal - 2ª Emissão					Não aplicável	-	-	-	-	52.309
	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			4.341	-	187.756	192.097	-
	(-) Custos de transação						-	(157)	(520)	(677)	-
	Subtotal - 3ª Emissão					Não aplicável	4.341	(157)	187.236	191.420	-
Total							22.909	410.616	1.199.164	1.632.689	1.731.199

(a) Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures nas empresas Coelba e Celpe foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado					
	31/12/11			31/12/10		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2012	-	-	-	466.939	(1.749)	465.190
2013	417.425	(1.413)	416.012	416.847	(1.267)	415.580
2014	243.218	(1.014)	242.204	241.431	(565)	240.866
2015	216.648	(365)	216.283	-	-	-
2016	216.648	(241)	216.407	-	-	-
Após 2016	108.325	(67)	108.258	-	-	-
Total	1.202.264	(3.100)	1.199.164	1.125.217	(3.581)	1.121.636

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	609.563	1.121.636	1.731.199
Ingressos	-	536.113	536.113
Encargos	207.802	-	207.802
Variação monetária e cambial	8.862	1.284	10.146
Swap	2.717	4.586	7.303
Efeito cumulativo marcação a mercado	(134)	(202)	(336)
Transferências	463.803	(463.803)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(860.332)	-	(860.332)
(-) Custos de transação	1.244	(450)	794
Saldos em 31 de dezembro de 2011	433.525	1.199.164	1.632.689

21. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

A Composição do saldo é como segue:

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Salários	11.553	10.687
Encargos sociais	7.473	6.873
Provisões Férias e 13° salário	26.227	23.897
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13° salário	8.413	6.155
Provisão PLR	10.851	19.960
Outros	979	2.281
Total	65.496	69.853

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. TAXAS REGULAMENTARES

A Composição do saldo é como segue:

		Consolidado	
	Ref.	31/12/11	31/12/10
Reserva Global de Reversão – RGR		22.019	17.471
Conta de Consumo de Combustível – CCC		38.123	31.934
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		5.640	4.992
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		4.188	4.488
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		1.304	1.751
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	102.176	88.827
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	87.943	76.507
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.682	1.572
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		2.325	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		7.723	12.476
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		2.017	1.995
Total		275.140	242.013
Passivo Circulante		172.486	154.168
Passivo Não Circulante		102.654	87.845

(a) A Coelba, Celpe e Cosern reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subseqüente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008. O saldo dos projetos que foram iniciados esta registrado em serviços em curso e será liquidado quando da finalização de cada projeto.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A Composição do saldo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de Renda - IR	11.235	11.161	22.833	25.628
Contribuição Social - CSLL	-	-	8.562	17.541
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	1	2	188.626	160.065
Programa de Integração Social - PIS	10.782	10.030	26.198	23.087
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	80.912	75.356	150.815	134.877
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	100	749	12.531	8.716
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	9	21	2.515	2.113
IOF	121	120	121	120
Imposto sobre Serviços - ISS	10	-	8.488	4.686
Parcelamento de Tributos	30	-	1.795	(49)
Outros	-	66	10.122	15.309
	103.200	97.505	432.606	392.093
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	7.275	5.033
Contribuição Social - CSLL	-	-	-	1.283
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	2.361	4.058
Programa de Integração Social - PIS	-	-	292	1.026
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	415	391
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	115	-
	-	-	10.458	11.791
Total	103.200	97.505	443.064	403.884

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as declarações de juros sobre capital da seguinte forma:

			Valor por ação		
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2011					
RCA de 24 de março de 2011	JSCP	136.000	23,2453361	N/A	N/A
AGO de 29 de abril de 2011	Dividendos	414.408	70,8312737	N/A	N/A
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	132.000	22,5616497	N/A	N/A
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	130.000	22,2198059	N/A	N/A
RCA de 15 de dezembro de 2011	JSCP	145.000	24,7836304	N/A	N/A
		957.408			
2010					
RCA de 18 de março de 2010	JSCP	94.134	16,0895328	N/A	N/A
AGO de 30 de março de 2010	Dividendos	103.200	17,6391080	N/A	N/A
RCA de 30 de junho de 2010	JSCP	100.000	17,0921589	N/A	N/A
RCA de 30 de setembro de 2010	JSCP	125.000	21,3651986	N/A	N/A
RCA de 30 de dezembro de 2010	JSCP	111.000	18,9722963	N/A	N/A
		533.334			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de

Notas Explicativas

imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

	31/12/2011	31/12/2010
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	5.850.636	5.850.636
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	1.551.628	1.777.984
Constituição da reserva legal	(77.582)	(88.900)
Base de cálculo do dividendo	1.474.046	1.689.084
Dividendos mínimos obrigatórios	368.512	422.271
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Juros sobre capital próprio	543.000	430.134
Total Bruto	543.000	430.134
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*).	**(45.187)**	**(42.412)**

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A formação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar, é como segue :

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2010	100.055
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	543.000
Propostos	414.408
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(45.187)
Pagos no período	(878.366)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	133.910

25. PROVISÕES

25.1 PROVISÕES PASSIVAS

As provisões constituídas para contingências riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R$ 46.240 classificada no passivo circulante (R$ 27.269 em 31 de dezembro de 2010) e R$ 186.499 no não circulante (R$ 179.505 em 31 de dezembro de 2010) estão compostas como segue:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	98.396	79.757	9.059	19.562	206.774
Constituição	67.354	44.016	10.350	1.042	122.762
Baixas/reversao	(60.827)	(51.727)	(4.526)	(9.213)	(126.293)
Remuneração	14.606	13.004	1.080	806	29.496
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119.529	85.050	15.963	12.197	232.739

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
Ex-empregados da Companhia		48.092	1ª, 2ª e 3ª	Provável	48.092	34.983
		333.967	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		50.227	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras		57.606	1ª, 2ª e 3ª	Provável	57.606	45.036
		210.483	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		60.212	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		13.831	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13.831	18.377
		61.695	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.042	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		842.155			119.529	98.396

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Cíveis

Referem-se à ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	17.638	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.638	20.178
		3.555	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.787	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	38.325	1ª, 2ª e 3ª	Provável	38.325	34.275
		591.092	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		12.435	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	10.176	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.176	8.528
		50.981	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.827	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. Energia e produtos	(d)	3.402	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.402	3.294
		55.984	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.424	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		6.910	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.910	7.240
		75.674	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.122	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		14	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14	13
		5.749	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		82	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		4.817	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.436	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		1.107	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.107	-
		4.440	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		128	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		2.382	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.382	2.311
		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de Energia Elertrica		16	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16	13
		1.973	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(e)	5.080	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.080	3.905
		141.696	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8.031	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		1.058.293			85.050	79.757

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

a) *Clientes – Plano Cruzado* - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

b) *Indenização por Perdas* – Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

c) *Acidente terceiros/trabalho* – Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

d) *Comercialização de Energia, Serviços e Produtos* - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

e) *Outras* – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
ICMS	(a)	895	1ª, 2ª e 3ª	Provável	895	125
		406.564	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	2.432	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.432	2.308
		65.770	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.798	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
	(c)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
CPMF		2.895	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.545	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(d)	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		65.538	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		10.737	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU	(e)	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		2.999	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.588	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(f)	17.046	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(g)	102.535	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(h)	433	1ª, 2ª e 3ª	Provável	433	371
		48.722	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.572	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(i)	490	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		1.269.029	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.151	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(j)	8.614	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.614	4.398
		988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(k)	2.210	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		262	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(l)	4.785	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		430	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas	(m)	6.882	Administrativa	Possível	-	-
		4.155	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(n)	4.384	Judicial	Possível	-	-
Outras	(o)	2.912	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.912	1.180
		50.293	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.447	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		2.128.289			15.963	9.059

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS

(a.1) Na Cosern referem-se diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996, aonde os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos e que a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

(a.2) Na Celpe refere-se a autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções. Adicionalmente houve a ocorrência do auto de infração contra a Celpe em 09/2011 no montante de R$ 213.546 mil decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Publico. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

(a.3) Na Coelba, refere-se aos Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. Além do Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação.

(b) ISS – A Coelba apresentou impugnação aos autos de infração, e constituiu a provisão contábil dos processos em que não existem jurisprudências favoráveis à tese. Os processos que existem jurisprudências favoráveis estão classificadas como possíveis e não houve constituição de provisão. Na Celpe, refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(c) *CPMF* – Na Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A Coelba procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A Coelba impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

(d) *CSLL* – Na Coelba, refere-se ao auto de infração do ano calendário 2003, em virtude da exclusão da depreciação dos ativos imobilizados majorados pela correção monetária complementar (IPC/BTNF), adicionada indevidamente em anos anteriores na base de cálculo da CSLL. A Coelba entende ser indevida a sanção realizada pelo Fisco Federal, por isso, apresentou impugnação administrativa.

(e) *IPTU* - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(f) *REFIS* – Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Coelba. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Coelba utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário

(g) *PIS/COFINS* – Correspondem a Autos de Infração contra a Coelba, lavrado pela Receita Federal, argüindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9.718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

(h) *COFINS* – Refere-se ao processo judicial argüindo pela Cosern a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a Coelba protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(i) *IRPJ* - Refere-se a autos de infração contra a Celpe sobre lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.. Na Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Coelba interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002. Refere-se ainda a autos de infração na Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco, decorrente da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia. As controladas entendem ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n.º 01/2002. Adicionalmente, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco houveram autos de infração decorrentes da não adição da despesa de ágio contabilizado no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. As controladas apresentaram impugnação, pois entendem que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(j) *INSS* - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na Coelba, referem-se a notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS, referentes aos exercícios de 1998 e 1999, sob a alegação de que a Coelba não apresentou os comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que lhes prestou serviços. A Coelba apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito só pode ocorrer após a constatação de descumprimento da obrigação pelo devedor principal, mas, como em alguns processos não possui em arquivo a documentação comprobatória exigida pelo INSS, conservadoramente, realizou a provisão dos respectivos valores. Em relação aos processos que possui a documentação suporte exigida pelo FISCO, não houve constituição de provisão.

(k) *ITD* - Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária a incidência do referido imposto sobre essas operações.

(l) *CIDE* - Auto de infração pela falta de recolhimento. Na Coelba, refere-se ao auto de infração lavrados pela Receita Federal argüindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE, A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(m) *Taxas diversas* – Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(n) *Incentivo Fiscal Sudene* – Mandado de segurança impetrado pela Coelba contra solução de consulta emitida pela Receita Federal, que contraria o procedimento adotado para apurar o incentivo fiscal SUDENE, o qual consiste na exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração. A divergência abarca os fatos geradores de 2003 a agosto de 2010. Em virtude do risco de ocorrer o lançamento de ofício, a Companhia resolveu efetuar o depósito judicial do montante integral do tributo objeto da divergência e dessa forma, garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Atualmente o processo está sob análise do Tribunal Regional Federal – 1ª Região.

(o) *Outras* – Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência Ambiental	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
Licença Ambiental		12.197	1ª, 2ª e 3ª	Provável	12.197	19.562
Total		12.197			12.197	19.562

A Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, a Itapebi desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26. OUTROS PASSIVOS

A Composição do saldo é como segue:

		Consolidado	
	Ref	31/12/11	31/12/10
Consumidores	(1)	67.506	50.889
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo		45	4
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(2)	13.146	11.580
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.548	14.416
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Convênios		169	1.762
Caução em Garantia	(3)	63.050	61.964
FGTS Conta Empresa		336	336
Encargos CBEE		1.868	2.553
Taxa Iluminação Pública - TIP	(4)	8.466	8.410
Adiantamentos recebidos		45.759	31.819
Devolução Recursos Eletrobras	(5)	70.189	-
Outras		16.604	41.706
Total		**293.979**	**225.732**
Circulante		256.917	209.486
Não Circulante		37.062	16.246

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(3) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas clausulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(4) Taxa Iluminação Pública – TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(5) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, no montante de R$ 70.189, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos serão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de Lucro

Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do trimestre, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, a Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Sudene/Adene e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0145/2011	75%
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente até 31 de dezembro de 2011, os valores de R$ 143.060, R$ 40.628, R$ 32.951, R$ 28.131 e R$ 11.497 (R$ 166.364, R$ 65.521, R$ 41.656, R$ 27.632 e R$ 9.816 em 31 de dezembro de 2010 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme descrito na nota 3, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Em 31 de dezembro de 2011, a Neoenegia mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 6.045.590 (R$ 5.230.982 em 31 de dezembro de 2010) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A, visando a realização de investimentos futuros.

Em reunião realizada em 16 de dezembro de 2011, os Conselhos de Administração da COELBA e COSERN aprovaram a distribuição da reserva constituída em 2002 nos montantes de R$ 65.069 e R$ 30.504, respectivamente.

Outros Resultados Abrangentes

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

28. **RECEITA BRUTA**

A Composição da receita bruta é a seguinte:

		Consolidado	
	Ref.	31/12/2011	31/12/2010
Fornecimento de Energia	(a)	5.200.785	4.762.895
Receita de operação e manutenção		5.061.170	4.666.025
Remuneração financeira wacc		139.615	96.870
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	83.965	236.275
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	7.101.299	6.518.442
Receita de operação e manutenção		7.066.356	6.491.302
Remuneração financeira wacc		34.943	27.140
Receita de Concessão		23.798	22.915
Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão		1.439.120	1.111.669
Outras Receitas	(d)	170.615	185.641
Total		14.019.582	12.837.837

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.191.569	7.902.702	10.820.435	10.459.401	4.445.977	4.034.031
Industrial	38.574	40.217	6.474.749	6.376.142	2.028.225	1.836.987
Comercial	586.515	578.423	5.786.543	5.618.297	2.653.073	2.441.020
Rural	436.890	441.183	1.991.274	1.991.975	437.257	409.710
Poder Público	80.266	79.177	1.409.109	1.382.732	605.904	566.825
Iluminação Pública	26.567	25.937	1.321.274	1.280.741	290.289	269.991
Serviço Público	13.224	12.329	1.610.153	1.586.307	423.274	406.691
Consumo Próprio	712	668	32.204	32.658	-	-
Suprimento	161	101	8.986.605	6.792.942	754.543	544.530
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	10.277	12.438
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	-	-	-	-	(6.806.987)	(6.259.310)
Subtotal	9.374.478	9.080.737	38.432.346	35.521.195	4.841.832	4.262.913
Acordo Geral do Setor Elétrico	-	-	-	-	-	(521)
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	358.953	500.503
Total	9.374.478	9.080.737	38.432.346	35.521.195	5.200.785	4.762.895

(*) O exame dessas informações não está incluído no escopo dos auditores independentes.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	31/12/11	31/12/10
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Livre		294.312	259.132
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	6.806.987	6.259.310
Total		7.101.299	6.518.442

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	49.367	65.091
Arrendamentos e Aluguéis	62.006	50.072
Serviço taxado	11.741	9.823
Taxa de iluminação pública	14.779	11.929
Administração de faturas de fraudes	14.743	38.822
Outras receitas	17.979	9.904
Saldos em 31 de dezembro de 2011	170.615	185.641

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(e) Reajuste Tarifário 2011

	Coelba	Celpe	Cosern
Receita Anual (RA)	**4.116**	**2.731.500**	**1.044.583**
Encargos Setoriais	461	315.795	129.207
Compra de Energia Elétrica	1.922	1.418.928	493.379
Transporte de Energia	252	170.622	68.340
Parcela A	2.635	1.905.345	690.926
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B	1.830	1.049.848	430.149
Receita Requerida (Parcela A +B)	**4.465**	**2.955.193**	**1.121.075**
CVA e Neutralidade	-	(9.442)	(9.238)
Componentes Financeiros	50	(26.696)	(17.238)
Subsídios Tarifários	157	115.071	83.382
Total Comp. Financeiros e Subsídios	**207**	**78.933**	**56.906**
Reajuste Econômico [(2) / (1)]	8,47%	8,19%	7,32%
Componentes Financeiros e Subsídios [(3) / (2)]	4,65%	2,67%	5,08%
Reajuste Tarifário Total [(4) + (5)]	**13,12%**	**10,86%**	**12,40%**
Reajuste Percebido pelo Consumidor (*)	**9,92%**	**8,27%**	**9,86%**

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(e.1) Coelba

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.142 de 19 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2011, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Coelba, em 13,12%, sendo 8,47% relativo ao reajuste econômico e de 4,65% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 9,92% a ser percebido pelos consumidores cativos. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 10,16%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 9,79%.As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2011 com vigência até 21 de abril de 2012.

(e.2) Celpe

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.143 de 26 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2011, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Celpe, em 10,86%, sendo 8,19% relativo ao reajuste econômico e de 2,67% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 8,27% a ser percebido pelos consumidores cativos. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 8,68%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 8,04%. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2011 com vigência até 28 de abril de 2012.

(e.3) Cosern

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.139 de 19 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2011, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Cosern, em 12,40%, sendo 7,32% relativo ao reajuste econômico e de 5,08% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 9,86% a ser percebido pelos consumidores cativos. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 10,27%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 9,70%. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2011 com vigência até 21 de abril de 2012.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

A Composição das deduções da receita bruta é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Deduções da Receita Bruta	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Impostos:				
ICMS	-	-	(2.380.534)	(2.174.864)
PIS	-	(9)	(223.095)	(190.219)
COFINS	-	(44)	(967.224)	(923.057)
ISS	-	-	(9.758)	(6.429)
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(99.676)	(90.725)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(68.036)	(60.164)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	-	(388.205)	(326.043)
Programa de Eficientização Energética - PEE	-	-	(36.671)	(36.295)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	(14.246)	(14.488)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	(7.123)	(7.244)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(26.928)	(24.773)
Encargos do Consumidor - PROINFA	-	-	(3.883)	(2.919)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	-	(21.368)	(21.731)
Outros	-	-	(1.986)	(709)
Total	-	(53)	(4.248.733)	(3.879.660)

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		Consolidado				
		31/12/11				31/12/10
Custos / Despesas	Ref.	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(173.026)	(103.299)	(168.604)	(444.929)	(388.084)
Administradores		-	-	(8.586)	(8.586)	(13.776)
Entidade de previdência privada		(10.728)	(4.219)	(7.896)	(22.843)	(16.192)
Material		(24.421)	(2.162)	(2.757)	(29.340)	(31.906)
Combustível para produção de energia		(187.337)	-	-	(187.337)	(147.957)
Serviços de terceiros		(239.053)	(220.240)	(152.516)	(611.809)	(585.905)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE		(15.899)	(4.145)	-	(20.044)	(18.648)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH		(9.450)	-	-	(9.450)	(5.701)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(3.155.649)	-	-	(3.155.649)	(3.016.489)
Encargos de uso do sistema transmissão	(c)	(538.874)	-	-	(538.874)	(510.525)
Depreciação e amortização	(d)	(445.131)	(68.196)	(32.500)	(545.827)	(474.521)
Arrendamentos e alugueis		(4.454)	(949)	(6.547)	(11.950)	(10.502)
Tributos		(1.284)	(2.365)	(3.490)	(7.139)	(5.720)
Provisões Líquidas - PCLD		(101.560)	(189.476)	(1.995)	(293.031)	(65.626)
Provisões Líquidas - Contingências		(75.194)	75.194	1.474	1.474	1.368
Provisões atuariais		-	-	7.684	7.684	14.682
Custo de construção da infraestrutura da Concessão		(1.439.121)	-	-	(1.439.121)	(1.111.669)
Outros	(e)	(13.682)	(10.569)	(74.786)	(99.037)	(90.509)
Total custos / despesas		(6.434.863)	(530.426)	(450.519)	(7.415.808)	(6.477.680)

a) Custo e Despesa de Pessoal

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
Pessoal	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10 (Reclassificado)
Remunerações	(3.931)	(143)	(247.471)	(229.637)
Encargos sociais	(332)	(274)	(117.755)	(95.274)
Auxílio alimentação	(22)	(7)	(26.130)	(20.333)
Convênio assistencial e outros benefícios	(2)	(7)	(20.578)	(10.876)
Rescisões	-	(20)	(13.010)	(13.910)
Provisão para férias e 13º salário	(53)	-	(58.402)	(55.347)
Plano de saúde	(89)	(20)	(29.481)	(16.519)
Contencioso trabalhista	(1.130)	(41)	(22.438)	(23.797)
Participação nos resultados	-	(52)	(36.704)	(40.847)
Encerramento de ordem em curso	-	-	(5.735)	(2.984)
(-) Transferências para ordens	-	-	132.775	121.440
Total	(5.559)	(564)	(444.929)	(388.084)

b) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado			
	31/12/11		31/12/10	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	R$	MWh (*)	R$	MWh (*)
Terceiros	(3.259.583)	29.105.188	(3.024.213)	27.241.423
Partes Relacionadas	(9.527)	8.755.271	(40.576)	6.677.616
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(67.001)	816.828	(102.912)	252.986
Proinfa	(120.770)	757.117	(117.626)	763.920
Encargos Serviço Sistema - ESS	(53.382)	-	(52.603)	-
Créditos de PIS e COFINS	354.614	-	321.441	-
Total	(3.155.649)	39.434.404	(3.016.489)	34.935.945

(*) O exame dessas informações não está incluído no escopo dos auditores independentes.

c) Custo com Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	Consolidado	
Encargos de uso do sistema de transmissão	31/12/11	31/12/10 (Reclassificado)
Terceiros	(578.748)	(531.073)
Crédito PIS / COFINS	50.939	46.545
Outros	(11.065)	(25.997)
Total	(538.874)	(510.525)

d) Depreciação e amortização

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado	
Depreciação e Amortização	31/12/11	31/12/10
Quota de depreciação e amortização no exercício	(546.292)	(480.874)
(-) Depreciação e Amortização transferida para ordens em curso	(14.302)	(6.770)
(-) Crédito PIS/COFINS	14.767	13.123
Depreciação e Amortização residual no resultado	(545.827)	(474.521)

e) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
Outros custos e despesas Operacionais	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Seguros	(5)	-	(9.733)	(7.921)
Doações e contribuições	(135)	-	(4.439)	(4.947)
Recuperação de despesa	-	-	13.028	18.356
Transporte	-	-	(8)	(265)
Publicações e avisos de desligamentos	-	-	(29)	(32)
Órgãos de classe do Setor Elétrico	-	-	(3.974)	(4.303)
Despesas de viagem	(76)	(567)	(7.600)	(8.707)
Consumo próprio e energia elétrica	-	-	(13.137)	(12.172)
Propaganda e publicidade	(145)	(462)	(4.015)	(9.592)
Indenização processos cíveis e fiscais	-	-	(44.253)	(21.508)
Alimentação	(8)	-	(1.680)	(2.782)
Encerramento de ordem em curso	(7.968)	(5.084)	(8.731)	(6.620)
Outros	-	-	(14.466)	(30.016)
Total	(8.337)	(6.113)	(99.037)	(90.509)

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A Composição da receita financeira é a seguinte:

	Consolidado	
Receita Financeira	31/12/11	31/12/10
Renda de aplicações financeiras	454.395	319.360
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	159.450	159.007
Variação monetária	138.565	124.884
Variação cambial	56.449	59.105
Operações Swap	84.986	56.403
Outras receitas financeiras	26.739	130.094
Total	920.584	848.853

A Composição da despesa financeira é a seguinte:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado	
Despesa Financeira	31/12/11	31/12/10
Encargos de dívida	(510.078)	(376.476)
Variação monetária	(150.269)	(111.259)
Variação cambial	(86.704)	(42.503)
Operações Swap	(113.677)	(110.073)
Outras despesas financeiras	(148.653)	(130.509)
Total	(1.009.381)	(770.820)

32. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação no consolidado foi de R$ 36.704 (R$ 40.847 em 31 de dezembro de 2010), a qual é considerado o benefício de curto prazo. A companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			Controladora					
			31/12/11			31/12/10		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(1)	AFAC	2.480			1.694		
		Dividendos e JSCP	25.001			23.570		
		Outros	-	-	863	11		
		Total Coelba	27.481	-	863	25.275	-	-
CELPE		Dividendos e JSCP	20.083			18.992		
		Outros	1.128		570	-		
		Total Celpe	21.211	-	570	18.992	-	-
COSERN		Dividendos e JSCP	4.411			7.409		
		Outros	218		198	-		
		Total Cosern	4.629	-	198	7.409	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos e JSCP	6.073			5.636		
		Outros	-			2	1	
		Total Termopernambuco	6.073	-	-	5.638	1	-
TERMOAÇU		Outros	343		343			
		Total Termoaçu	343	-	343	-	-	-
ITAPEBI		Dividendos e JSCP	2.117			9.246		
		Outros	1.418		806	2		
		Total Itapebi	3.535	-	806	9.248	-	-
GERAÇÃO CIII	(1)	AFAC	-			4.770		
		Contrato de Mutuo	-			13.778		
		Dividendos e JSCP	5.352			2.339		
		Outros	-		-	13		
		Total Geração CIII	5.352	-	-	20.900	-	-
NC ENERGIA		Dividendos e JSCP	29.239			10.239		
		Outros	32	23	372	4		
		Total NC Energia	29.271	23	372	10.243	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(1)	AFAC	2.795			1.587		
		Dividendos e JSCP	3			23		
		Total Neoenergia Seviços	2.798	-	-	1.610	-	-
GARTER	(1)	AFAC	2			2		
		Total Garter	2	-	-	2	-	-
BAGUARI I		Dividendos e JSCP	2.210			1.370		
		Outros	-		-	6		
		Total Baguari	2.210	-	-	1.376	-	-
BAHIA PCH I	(1)	AFAC				41.893		
		Contrato de Mutuo	20.970		2.362	16.778		
		Dividendos e JSCP	10.364			2.951		
		Outros	-		656	1		
		Total Bahia PCH I	31.334	-	3.018	61.623	-	-
BAHIA PCH II	(1)	AFAC				878		
		Outros	15			8		
		Total Bahia PCH II	15	-	-	886	-	-

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

BAHIA PCH III		Outros				2		
		Total Bahia PCH III	-	-	-	2	-	-
RIO PCH I		Dividendos e JSCP	2.186			102		
		Outros	-			10		
		Total Rio PCH	2.186	-	-	112	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Outros				96		
		Total Neoinvest	-	-	-	96	-	-
GOIAS SUL	(1)	AFAC	750			73.618		
		Outros	-			5		
		Total Goiás Sul	750	-	-	73.623	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(1)	AFAC	713			3.825		
		Outros	-			139		
		Total Geração Céu Azul	713	-	-	3.964	-	-
SE NARANDIBA		Contrato de Mutuo	5.693		322			
		Dividendos e JSCP	16					
		Outros	-		71	2		
		Total SE Narandiba	5.709	-	393	2	-	-
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Outros	2			2		
		Total Alto do Rio Grande	2	-	-	2	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos e JSCP	1.572			2.023		
		Outros				5		
		Total Afluente G	1.572	-	-	2.028	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos e JSCP	4.415			4.032		
		Total Afluente T	4.415	-	-	4.032	-	-
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES		Dividendos e JSCP	4.765			1.374		
		Outros				584		
		Total BM Participações	4.765	-	-	1.958	-	-
ÁGUAS DA PEDRA		Dividendos e JSCP	9.657					
		Total Aguas da Pedra	9.657	-	-	-	-	-
TELES PIRES		Outros		500				
		Total Teles Pires	-	500	-	-	-	-
ENERGY WORKS		Dividendos e JSCP	4.584					
		Total Energy Works	4.584	-	-	-	-	-
CALANGO 1		Contrato de Mutuo	330		2			
		Total Calango 1	330	-	2	-	-	-
CALANGO 2		Contrato de Mutuo	330		2			
		Total Calango 2	330	-	2	-	-	-
CALANGO 3		Contrato de Mutuo	254		2			
		Total Calango 3	254	-	2	-	-	-
CALANGO 4		Contrato de Mutuo	254		2			
		Total Calango 4	254	-	2	-	-	-
CALANGO 5		Contrato de Mutuo	254		2			
		Total Calango 5	254	-	2	-	-	-
MEL 2		Contrato de Mutuo	3.912		29			
		Total Mel 2	3.912	-	29	-	-	-
ARIZONA 1		Contrato de Mutuo	457		3			
		Total Arizona 1	457	-	3	-	-	-
CAETITÉ 1		Contrato de Mutuo	711		5			
		Total Caetité 1	711	-	5	-	-	-
CAETITÉ 2		Contrato de Mutuo	1.628		12			
		Total Caetité 2	1.628	-	12	-	-	-
CAETITÉ 3		Contrato de Mutuo	711		5			
		Total Caetité 3	711	-	5	-	-	-

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

			Consolidado					
			31/12/11			31/12/10		
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Iberdrola Energia S.A		Dividendos e JSCP		51.914			43.697	
		Seviços Prestados	34	4.339	(42.910)	34	265	(31.336)
		Total	34	56.253	(42.910)	34	43.962	(31.336)
521 Participações S.A.		Dividendos e JSCP					19.539	
		Outras					135	
		Total	-	-	-	-	19.674	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos e JSCP		33.778			25.420	
		Total	-	33.778	-	-	25.420	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Dividendos e JSCP		15.601			13.101	
		Total	-	15.601	-	-	13.101	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Dividendos e JSCP		38.815			7.200	
		Total	-	38.815	-	-	7.200	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Dividendos e JSCP					6.144	
		Total	-	-	-	-	6.144	-
Amara Brasil	(2)	Seviços Prestados		951	(3.809)		332	(3.017)
		Total	-	951	(3.809)	-	332	(3.017)
Faelba		Constituição Patronal			834			751
		Total	-	-	834	-	-	751
Celpos	(3)	Contrato de Mútuo		147.277	(7.298)		138.705	(7.742)
		Outras		147.456	(1.193)		155.095	(2.649)
		Total	-	294.733	(8.491)	-	293.800	(10.391)

(1) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(2) Refere-se à administração e logística de almoxarifado prestado pela Amara à Coelba, Celpe e Cosern, corrigido anualmente pela IPCA, com diversos contratos com vigência até 2011.

(3) Ref. ao contrato de benefício da Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

(4) Refere-se ao acordo de serviços de operação e manutenção – "O&M" da Termopernambuco, com ajuste anual com base na variação do IGP-M.

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas cm partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é R$ 4.010 (R$ 5.246 em 31 de dezembro de 2010) na controladora e no consolidado nos montante de R$ 12.627 (R$ 13.776 em 31 de dezembro de 2010), o qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e

Notas Explicativas

do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

- Instrumentos Financeiros Derivativos

- ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

		Ativos (Passivos)			
		31/12/11		31/12/10	
	Categoria	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Mantido para negociação	4.255.486	4.255.486	3.391.601	3.391.601
Títulos e valores mobiliários	Mantidos até o vencimento	316.612	316.612	361.144	361.144
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	2.986.378	2.986.378	2.998.284	2.998.284
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	55.055	55.055	109.789	109.789
Passivo					
Fornecedores	Não mensurado ao valor justo	(860.115)	(860.115)	(772.042)	(772.042)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Objeto de hedge	(880.467)	(880.467)	(854.303)	(854.303)
Demais Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(3.961.323)	(3.961.323)	(2.891.338)	(2.891.338)
Debêntures em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(1.574.819)	(1.586.562)	(1.662.068)	(1.657.910)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	Objeto de hedge	(313.288)	(313.288)	(263.097)	(263.097)
Instrumentos financeiros derivativos	Destinados a hedge (*hedge accounting*)	(30.294)	(30.294)	(96.349)	(96.349)

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI, swap Euro para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política do Grupo Neoenergia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

As operações de “hedge” são contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os contratos de derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

					Valores de Referência						Efeito acumulado 31/12/11
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Coelba											
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	12/01/01	22/03/11	USD + 3,446% a.a. CDI - 6% a.a.	-	USD 535	-	R$ 1.040	-	1.215	
Passiva									-	2.384	
									-	(1.169)	(31)
Swap											
Ativa	Bancos Santander e Citibank	11/07/06 15/06/09 22/06/10 26/08/10	26/06/2013 26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1%a.a./ USD 6M LIBOR + 1,875 %a.a. 106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e 102,87% do CDI	USD 150.000	USD 150.000	R$ 284.400	R$ 301.017	275.428	240.871	
Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas	10/12/10							284.641	301.398	
									(9.213)	(60.527)	4.251
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a. IGPM + 13,95% a.a	USD 4.847	USD 7.012	R$ 14.646	R$ 21.191	17.475	20.804	
Passiva									57.875	69.422	
									(40.400)	(48.618)	(7.045)
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a. 99,5 % do CDI			R$ 100.000	R$ 100.000	124.992	108.247	
Passiva									118.978	106.675	
									6.014	1.572	4.444
Celpe											
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a 72,5% do CDI	USD 334	USD 357	R$ 807	R$ 789	815	829	
Passiva							R$ 843	R$ 901	876	902	
									(61)	(73)	(61)
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a 92% do CDI	USD 2.163	USD 2.643	R$ 5.235	R$ 5.845	5.390	6.084	
Passiva							R$ 5.465	R$ 6.680	5.663	6.681	
									(273)	(597)	(273)
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a 99,5% do CDI	USD 0	USD 0	R$ 175.323	R$ 156.386	181.239	167.128	
Passiva							R$ 172.519	R$ 154.679	172.519	154.899	
									8.720	12.229	8.721
Cosern											
Swap											
Ativa	Bank Of America	08/04/11	06/05/16	USD 6M LIBOR + 2,39%a.a. 107,85% do CDI	USD 9.482	-	R$ 15.000	-	16.989	-	
Passiva									15.259	-	
									1.730	-	1.890
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a 99,5% do CDI	-	-	R$ 53.000	R$ 53.000	66.245	57.370	
Passiva									63.057	56.537	
									3.188	833	401
Total									(30.295)	(96.350)	12.297

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros
- Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexadas a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

- Coelba

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Coelba apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 1.618 (R$ 53.511 negativo em 31 de dezembro de 2010).

- Celpe

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Celpe apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 13.747 (R$ 10.328 negativo em 31 de dezembro de 2010).

- Cosern

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Cosern apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 2.291.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia.

		Efeitos	
	Variação na taxa do US$	No resultado	No patrimônio líquido
2011	-6,71%	(755)	(755)
2010	8,63%	(42)	(42)

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o

Notas Explicativas

objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

		Efeitos	
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
2011			
Ativos Financeiros			
CDI	(83)	36.230	36.230
Passivos Financeiros			
CDI	(83)	(15.722)	(15.722)
IGPM	14	(83)	(83)
2010			
Ativos Financeiros			
CDI	99	(37.082)	(37.082)
Passivos Financeiros			
CDI	99	16.162	16.162
IGPM	(632)	(5.398)	(5.398)

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- ✓ Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em

Notas Explicativas

determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

- Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano.	≤ 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo/ Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	≤ 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	≥ 3,5 segmento de distribuição

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

35. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

	Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
COELBA	2011 a 2030	1.962.999	2.686.392	3.105.701	3.288.833	3.518.544	112.197.807
COSERN	2011 a 2042	629.487	626.026	602.876	619.896	628.952	9.507.774
CELPE	2011 a 2042	1.622.806	1.842.294	1.903.178	2.056.414	2.208.342	48.060.480

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011, e foram homologados pela ANEEL.

36. PLANOS PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

36.1 Coelba

A Companhia é patrocinadora da Fundação Coelba de Previdência Complementar – FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD); que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados.

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. No entanto, além da poupança individual, o FAELFLEX confere aos participantes benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Essa peculiaridade insere o FAELFLEX nas disposições contidas no CPC 33, no que tange à realização de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 – BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Notas Explicativas

36.2 Cosern

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN – Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 proporciona aos seus participantes ativos benefícios relacionados à possibilidade de ocorrência de invalidez e morte durante a vida laborativa, classificados como benefícios de risco, totalmente custeados pela Companhia e pelos participantes autopatrocinados. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único ou parcelado, a critério do participante ou de seus beneficiários. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 corresponde a 5,73% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 3,67% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,25% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas dos planos previdenciários administrados pela FASERN.

36.3 Celpe

O Plano nº 1 – CELPOS CD, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada, e características de benefício definido, nos benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 2006 (que migraram do Plano BD). A parcela CD do plano CELPOS CD, por suas características de poupança individual (CD), não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. Já a parte de risco, referente ao pecúlio por invalidez ou morte, é atuarialmente calculada e de acordo com as definições da CVM 600, deve ser contabilizada como um benefício BD.

O Plano nº 2 – CELPOS BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 2006. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	12.361	11.648	134.916	138.608
Subtotal	12.361	11.648	134.916	138.608
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	144.395	151.972
Participação ativos	2.135	1.977	-	-
Desligados PDV	737	730	189	415
Subtotal	2.872	2.707	144.584	152.387
Total	15.233	14.355	279.500	290.995

As contribuições pagas ou provisionadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram as seguintes:

	31/12/11			31/12/10		
	FAELBA	FASERN	CELPOS	FAELBA	FASERN	CELPOS
Custo do Imobilizado em Curso	2.745	458	117	2.845	335	147
Despesas Operacionais	5.392	(3.611)	12.674	5.094	558	7.610
Total	8.137	(3.153)	12.791	7.939	893	7.757

Avaliação atuarial dos planos previdenciários

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado. Os pareceres atuariais, emitidos por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pelas Fundações, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009 e CPC 33.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Faelba				Fasern				Celpos			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD	
ATIVOS E PASSIVOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	4.955	4.237	252.081	234.587	578	489	65.216	59.753	843	879	786.488	687.038
Valor justo dos ativos do plano	1.357	1.832	374.233	365.643	381	712	100.233	93.084	(3.149)	(2.088)	(472.191)	(446.178)
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	3.598	2.405	(122.152)	(131.056)	197	(223)	(35.017)	(33.331)	(2.306)	(1.209)	314.297	240.860
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(1.911)	(523)	(6.360)	18.401	(199)	330	2.287	3.490	1.898	1.607	(21.023)	61.528
Efeito do Limite de Parágrafo 58B (1)	-	-	111.176	73.316	-	-	29.570	25.478	(272)	(293)		
Passivo / (ativo) atuarial líquido total	1.687	1.882	(17.336)	(39.339)	(2)	107	(3.160)	(4.363)	(680)	105	293.274	302.388
Limite do "corredor" para reconhecimento no resultado									315	208	78.649	68.704

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Faelba				Fasern				Celpos			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	277	297	2	31	48	44	-	-	63	87	1.415	914
Juros sobre as obrigações atuariais	488	474	23.950	22.652	58	53	6.151	5.661	101	105	83.558	71.403
Rendimento esperado dos ativos do plano	(264)	(258)	(39.796)	(32.390)	(88)	(44)	(10.328)	(8.424)	(392)	(269)	(52.215)	(51.462)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidos	10	27	18.158	(5.068)	(23)	-	1.289	-	21	21	-	-
Efeito do Limite de Parágrafo 58B (1)	-	-	26	(1.247)	-	-	4.091	453	(109)	(102)	-	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	511	540	2.340	(16.022)	(5)	53	1.203	(2.310)	(316)	(158)	32.758	20.855
Rendimento efetivo dos ativos do plano	1.188	(695)	35.753	44.418	(439)	215	13.074	9.111	-	-	-	-

Conforme previsto na Deliberação CVM nº. 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	Faelba				Fasern				Celpos			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor das obrigações no início do ano	4.237	4.582	234.587	244.706	489	501	59.753	60.801	879	996	687.038	714.500
Custo do serviço corrente bruto (1)	277	297	2	31	48	44	-	-	87	135	914	1.427
Juros sobre obrigação atuarial	488	474	23.950	22.652	58	53	6.151	5.662	105	122	71.403	74.542
Contribuições de participantes vertidas no ano	9	10	12	49	3	2	-	-	15	10	2.357	3.162
(Ganho) / perda atuarial	(55)	(1.126)	20.718	(9.113)	(20)	(111)	5.238	(1.468)	-	293	80.375	(14.712)
Benefícios pagos no ano	-	-	(27.188)	(23.738)	-	-	(5.926)	(5.242)	(243)	(677)	(55.599)	(51.118)
(-) Impacto da redução do plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.690)
(-) Impacto da liquidação antecipada no plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.075)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	4.956	4.237	252.081	234.587	578	489	65.216	59.753	843	879	786.488	687.036

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Faelba				Fasern				Celpos			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor justo dos ativos no início do ano	1.832	1.861	365.643	344.865	712	414	93.084	89.215	2.088	1.237	446.177	438.320
Rendimento esperado no ano	264	258	39.796	32.391	88	44	10.328	8.425	270	179	51.462	52.465
Ganho / (perda) atuariais nos ativos do plano	(1.452)	(953)	(4.043)	12.027	(526)	171	2.746	686	150	260	(2.176)	6.371
Contribuições da patrocinadora	704	654	12	50	104	80	-	-	626	402	29.968	28.051
Contribuições de participantes	9	11	12	49	3	2	-	-	15	10	2.357	3.162
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(27.188)	(23.738)	-	-	(5.926)	(5.242)	-	-	(55.598)	(51.118)
(-) Impacto da liquidação antecipada no plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.075)
Valor justo dos ativos no final do ano	1.357	1.831	374.232	365.644	381	711	100.232	93.084	3.149	2.088	472.190	446.176

A Deliberação CVM nº. 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2011 e 2010:

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
Principais premissas atuariais	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,77%	9,20%	10,99%	10,77%	10,99%	10,77%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,26%	9,20%	11,73%	11,70%	11,49%	12,36%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	4,50%	4,00%	7,10%	6,59%	6,58%	5,83%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,00%	5,00%	4,50%	5,00%	4,50%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT 2000	UP-94
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	UP-84	UP-84
Tábua de entrada de invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média	50% Light- Franca	50% Light- Franca

Outros Benefícios

Tanto na Coelba, Cosern e Celpe, além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, são oferecidas outras vantagens aos empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Coelba, Celpe e Cosern despenderam com essas rubricas o montante de R$ 36.231 (R$ 22.608 em 2010), R$ 21.565 (R$ 13.127 em 2010) e R$ 8.885 (R$ 7.017 em 2010), respectivamente.

37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA	9.031.164	8.405.235	1.323.186	1.039.225	34.008	28.195	457.576	525.118	39.109	14.616	(1.114.194)	(1.054.212)	9.770.849	8.958.177
CUSTO DO SERVIÇO	(6.370.912)	(5.689.713)	(695.929)	(581.605)	(11.677)	(8.050)	(454.985)	(457.723)	(14.708)	(10.625)	1.113.348	1.054.212	(6.434.863)	(5.693.504)
LUCRO BRUTO	**2.660.252**	**2.715.522**	**627.257**	**457.620**	**22.331**	**20.145**	**2.591**	**67.395**	**24.401**	**3.991**	**(846)**	**0**	**3.335.986**	**3.264.673**
Despesas com vendas	(530.426)	(355.003)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(530.426)	(355.003)
Despesas gerais e administrativas	(384.376)	(366.744)	(45.088)	(29.818)	(721)	(601)	(3)	(9.188)	(21.851)	(22.823)	1.520	-	(450.519)	(429.174)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	2.807	-	-	-	3.559	2.212	1.408.158	1.696.078	(1.414.051)	(1.698.290)	473	-
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.245)	-	-		(51.245)	-
Amortização do Ágio	-	-	(873)	-	-	-	-	-	(99.425)	(101.927)	-		(100.298)	(101.927)
IMPOSTOS	**1.745.450**	**1.993.775**	**584.103**	**427.802**	**21.610**	**19.544**	**6.147**	**60.419**	**1.260.038**	**1.575.319**	**(1.413.377)**	**(1.698.290)**	**2.203.971**	**2.378.569**
Receita financeira	534.671	541.160	48.611	52.072	4.061	1.797	2.526	6.123	333.894	247.701	(3.179)	-	920.584	848.853
Despesa financeira	(815.091)	(578.427)	(160.205)	(151.638)	(1.631)	(398)	(2.607)	(4.205)	(34.343)	(39.298)	4.496	3.147	(1.009.381)	(770.819)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**1.465.030**	**1.956.508**	**472.509**	**328.236**	**24.040**	**20.943**	**6.066**	**62.337**	**1.559.589**	**1.783.722**	**(1.412.060)**	**(1.695.143)**	**2.115.174**	**2.456.603**
Imposto de renda e contribuição social	(198.997)	(308.833)	(63.763)	(58.492)	(2.723)	(1.692)	(1.067)	(23.257)	(3.527)	263	-	-	(270.077)	(392.011)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**1.266.033**	**1.647.675**	**408.746**	**269.744**	**21.317**	**19.251**	**4.999**	**39.080**	**1.556.062**	**1.783.985**	**(1.412.060)**	**(1.695.143)**	**1.845.097**	**2.064.592**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	(293.469)	(286.611)	(293.469)	(286.608)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**1.266.033**	**1.647.675**	**408.746**	**269.744**	**21.317**	**19.251**	**4.999**	**39.080**	**1.556.062**	**1.783.988**	**(1.705.529)**	**(1.981.754)**	**1.551.628**	**1.777.984**

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

38. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia e suas controladas pautam sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental e vem garantindo a melhoria do Sistema de Gestão Ambiental – SGA, criado em 2005 cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa.

Em 2011, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

Manejo da Vegetação – Projeto voltado para a melhoria da arborização urbana e rural, através da qualificação de equipes que realizam a atividade de poda de árvores com módulos de técnicas de poda, ferramental adequado, planejamento da arborização urbana, incentivo ao plantio de espécies adequadas na via urbana e legislação ambiental, realizado em parceria com as Prefeituras Municipais. Foi elaborada a 2ª edição do Guia de Manejo da Arborização Urbana da Coelba.

Mapeamento de Ruído nas Subestações - Como uma das ações do SGA, foi realizado o mapeamento de ruído ambiental com avaliações pontuais nas áreas externas e internas das subestações da Coelba, existentes em todo o Estado da Bahia. Os resultados obtidos destas medições demonstraram que todas as subestações da Coelba, existentes no estado da Bahia estão de acordo com os parâmetros de avaliação definido pela NBR 10151: 2000 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas, visando o conforto da comunidade, garantindo assim a melhoria contínua do SGA.

Rede Compacta / Linha Verde - Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

Projeto de Educação Ambiental Ecotrilha (PEA) - O Projeto Ecotrilha em parceria com a Faculdade Área1 e Odebrecht, voltado para crianças, jovens e adultos de escolas e instituições públicas e particulares, tem o propósito de trabalhar com os visitantes a importância da questão ambiental em nosso dia a dia, visando conservação da fauna, flora mananciais hídricos, a biodiversidade e os remanescentes de Mata Atlântica.

Projeto Taboarte - Visa o desenvolvimento sustentável do artesanato de taboa em Maracangalha, município de São Sebastião do Passé, realizado em parceria com o Sebrae, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia e a Prefeitura de São Sebastião do Passé.

Projeto Despertar – Projeto desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, para desenvolver o Programa Socioambiental em 50 municípios baianos para a rede de ensino de escolas na área rural.

Gestão Sustentável de Resíduos – Diversas ações que contribuem para a melhoria da gestão dos resíduos gerados no processo produtivo da empresa, a exemplo de:

- Projeto Logisverde - reutilização de carretéis de madeira proveniente da aquisição de condutores usados nas redes e linhas da Coelba;

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

- Descarte de Lâmpadas Fluorescentes - coleta e descontaminação de lâmpadas fluorescentes queimadas de suas instalações, oferecendo este serviço aos seus colaboradores, para as comunidades de baixa renda que fazem parte do programa de eficiência energética da Companhia, e para o Centro Administrativo do Estado da Bahia, através de um convênio firmado entre a concessionária e o governo do Estado.

- Coleta de Óleo Residual - com a Comanche Clean Energy que consiste em coletar o óleo residual produzido nas casas dos colaboradores e nos dois restaurantes da empresa para ser reciclado e reutilizado no processo de produção de biodiesel.

A Companhia realiza ainda investimentos voltados à conservação do meio ambiente, que se encontram inseridos nos Projetos e Programas de Investimentos, e que tem por motivadores os "condicionantes ambientais", que correspondem a compensações que devem ser realizados quando da execução dos projetos, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente.

	Ativo		Resultado	
	2011	2010	2011	2010
Recursos Aplicados	84.736	97.729	40.047	28.804

Notas Explicativas

Membros da Administração

Conselho de Administração

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

Titulares

Gonzalo Pérez Fernándes
Eduardo Capelastegui Saiz
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Fernando Becker Zuazua
Jorge Luiz Pacheco
Jacques de Oliveira Pena
Maria da Glória Guimarães dos Santos
Allan Simões Toledo
Líscio Fábio de Brasil Camargo

Suplentes

Mónica Grau Domene
Santiago Martinez Garrido
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Antônio Martínez Atienza
Jose Maurício Pereira Coelho
Ricardo Guaranys de Oliveira Castro
Ari Sarmento do Valle Barbosa
Cecília Maria Habib de Sant`Anna Reis
José Carlos de Andrade Junqueira
André Luis Dantas Furtado

Conselho Fiscal

Walter Malieni Junior
Presidente

Titulares

Carlos Magno Jobim
Nilson Martiniano Moreira

Suplentes

Asclépius Ramatis Lopes Soares
José Cassiano de Freitas
Francesco Gaudio

Diretoria Executiva

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa
Diretor-Presidente

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Emílio Schneider
Diretor de Geração

Lady Batista de Morais
Diretora de Gestão de Pessoas

Gonzalo Gómez Alcântara
Diretor de Distribuição

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

Contador

Claudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG – 068369/0-0-T-RJ

Notas Explicativas

Proposta de Orçamento de Capital

PLANO DE INVESTIMENTO

Revisão ano 2011/2012

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

Índice

REALIZAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO 2004/2011 4
1) Leilões de Transmissão 5
2) Leilões de Geração 6
3) PCH com energia não comercializada em leilões 8
4) Empreendimentos em operação 9
PROJETOS PARA 2009 9
(i) PCH com projetos próprios 9
(ii) PCH com projetos a serem adquiridos de terceiros 10
(iii) PCH Estudos de inventários de rios 10
(iv) Usinas Hidro Elétricas (UHE) 10
(v) Transmissão 11
(vi) Distribuição 12
CONCLUSÃO 13

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

A Lei n º 6.404/76, alterada pela Lei n º 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que *"a assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Parágrafo 1º – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2º – O orçamento poderá ser aprovado na assembléia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social."*

Nos anos 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, a Neoenergia efetuou retenção de R$ 209,9 milhões, R$ 545,1 milhões, R$ 614,5 milhões, R$ 827,5 milhões,914,2 milhões, R$ 859,1 milhões e R$ 844,5 milhões do seu lucro líquido, respectivamente, para efetuar investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica e/ou efetuar aquisição de empresas de distribuição de energia elétrica. O registro dessa reserva no patrimônio líquido esta na conta contábil de Reserva de Retenção de Lucros no valor total de R$ 4,81 bilhões em 31 de dezembro de 2010.

Nos anos de 2005, 2006 e 2007 a Neoenergia adquiriu a concessão das UHE's Baguari, Corumbá III e Dardanelos e a autorização das PCH's Goiandira, Nova Aurora, Pirapetinga e Pedra do Garrafão e Sítio Grande. Essas UHE's e PCH's demandaram investimentos da ordem de R$ 1,9 bilhão tendo a Neoenergia participação de no mínimo 51% e no máximo 100%.

Em 2008 a Neoenergia adquiriu a concessão da UHE Baixo Iguaçu, que demandará investimentos da ordem de R$ 1,5 bilhão, tendo a Neoenergia 90% de participação. Adquiriu ainda a concessão da subestação Narandiba, localizada em Salvador, com investimento de R$ 50 milhões.

Em 2010, a Neoenergia adquiriu a concessão da UHE Belo Monte que demandará investimento na ordem de R$ 25,8 bilhões, tendo a Neoenergia participação de 10%. Ainda, obteve a concessão da UHE Teles Pires que demandará investimentos da ordem de R$ 3,8 bilhões, tendo a participação de 50,1% na SPE. No Leilão de Fontes Alternativas 007/2010 a

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

Neoenergia adquiriu, em parceria com a Iberdrola Renováveis, na proporção 50%/50%, dez parques eólicos com investimento total previsto de R$ 1,2 bilhão. Também adquiriu 100% da Participação acionária da Iberdrola Energia S.A na empresa EnergyWorks do Brasil LTDA e de sua subsidiária direta Capuava Energy LTDA, com potência instalada total de 93,3 MW ISO.

Em 2011, a Neoenergia obteve a Concessão da Subestação Extremoz II, localizada no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte, com investimento previsto de R$ 23 Milhões.

Para fazer frente a estes compromissos, , a Administração da Neoenergia está propondo a seguinte distribuição do lucro líquido: retenção de R$ 77,5 milhões para reserva legal, distribuição de R$ 737,0 milhões na forma de dividendos (R$ 194,0 milhões) e juros sobre capital próprio (R$543,0 milhões) e a retenção de R$ 737,0 milhões para reserva de retenção de lucros para dar continuidade aos projetos em andamento e aos novos projetos de investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica e, eventualmente, em alguma aquisição na área de distribuição de energia elétrica. Com esta retenção a reserva de retenção de lucros encerrará o ano de 2011 com R$ 5,55 bilhões de saldo.

REALIZAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO 2005/2011

Durante os anos de 2005 a 2011, o Governo Federal, através da ANEEL, realizou licitações, sob a forma de leilão, para:

1) A Contratação das Concessões para a Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, a Operação e a Manutenção das Instalações de Transmissão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

2) A Outorga do Direito de Exploração do Aproveitamento Hidrelétrico e Contratação de Energia Proveniente dos Novos Empreendimentos, para o Sistema Interligado Nacional – SIN, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

3) A Contratação de energia proveniente de Fontes Alternativas de Geração, específico para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e empreendimentos de geração que tenham como fontes biomassa e eólica, para o Sistema Interligado Nacional –SIN.

1) Leilões de Transmissão

A Neoenergia participou de diversos leilões de transmissão promovidos pela ANEEL, efetuando oferta de construção, montagem, operação e manutenção de linhas de transmissão de 230 kV e 500 kV e de subestações.

Em 2008, a Neoenergia arrematou a concessão do lote E do Leilão de Transmissão nº 006/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizado em 3 de outubro de 2008 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O lote E previa a construção de instalações de transmissão compostas pela Subestação Narandiba, em 230/69 kV, no estado da Bahia. A entrada em operação comercial do empreendimento ocorreu em 2011 e sua implementação reforçou o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador. Esta é a única estação blindada SF6 – GIS (Gas Insulated Switchgear) do grupo e está localizada em Salvador, Bahia.

Em 2011, a Neoenergia obteve a concessão do Lote G do Leilão de Transmissão nº 006/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizado em 16 de dezembro de 2011 na Bolsa de Valores de São Paulo. O lote G prevê a construção de instalações de transmissão compostas pela Subestação Extremoz II em 230/69 kV, no estado do Rio Grande do Norte. A previsão de entrada em operação comercial do empreendimento é de 18 meses e sua implementação visa reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Natal.

O nível de retorno demonstrado pelos deságios oferecidos nos demais leilões em que a Neoenergia participou desde 2005 faz com que a Neoenergia não fosse competitiva. Estima-se que a estrutura verticalizada, que permite as construtoras estrangeiras obterem retorno também na construção e em prazo mais curto, e às baixas taxas de retorno que vem sendo aplicadas pelos competidores tornem esses leilões ainda não rentáveis para a Neoenergia.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

2) Leilões de Geração

Nos leilões de Geração, conforme previsto nos planos de investimento dos anos anteriores, a Neoenergia obteve êxito na aquisição dos seguintes empreendimentos, em parceria ou isoladamente:

	Total			Neoenergia	
Empreendimento	MW	Investimento (R$ MM)	Participação	MW	Investimento (R$ MM)
Baguari	140	559	51%	71	285
Corumba III	94	317	60%	56	190
Dardanelos	261	719	51%	133	367
Baixo Iguaçu	340	1.500	90%	306	1.350
Pirapetinga	17	66	75%	13	50
Pedra do Garrafão	17	66	75%	13	50
Goiandira	27	54	100%	27	54
Nova Aurora	21	45	100%	21	45
Teles Pires	1.820	3.824	50%	910	1.912
Belo Monte	11.233	25.885	10%	1.123	2.588
Calango 1	30	121	50%	15	61
Calango 2	30	111	50%	15	56
Calango 3	30	122	50%	15	61
Calango 4	30	134	50%	15	67
Calango 5	30	113	50%	15	57
Mel 2	20	89	50%	10	45
Arizona 1	28	120	50%	14	60
Caetité 1	30	115	50%	15	58
caetité 2	30	116	50%	15	58
Caetité 3	30	113	50%	15	57
Total	**14.258**	**34.189**		**2.818**	**7.467**

UHE Baguari: Usina de 140 MW de potência instalada nominal, situado no rio Doce. Participação: Neoenergia (51%), Cemig (34%) e Furnas (15%). Consórcio Construtor: CNO e Voight Siemens. Entrou em operação comercial em 2009.

PCH's Goiandira e Nova Aurora: adquiriu junto a Perfomance Centrais Hidrelétricas a autorização para a construção das PCH's localizadas no Rio Veríssimo, no Estado de Goiás, totalizando 48 MW de potência instalada. Participação: 100% Neoenergia. Consórcio Construtor EIT e Energ Power. Entrará em operação comercial em 2010.

PCH's Pirapetinga e Pedra do Garrafão: adquiriu junto a Perfomance Centrais Hidrelétricas a autorização para a construção das PCH's localizadas no Rio Itabapoana, no Estado de Goiás,

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

totalizando 34 MW de potência instalada. Participação: 75% Neoenergia e Performance 25%. O Consórcio Construtor CNO e Hisa. Entrou em operação comercial em 2009.

Dardanelos: projeto localizado no Rio Aripuanã, a cerca de 900 km de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, com 261 MW de potência instalada. Participação: Neoenergia (51%), Eletronorte (24,5%) e Chesf (24,5%). Consórcio construtor CNO e Voight Siemens. Entrou ará em operação comercial em 20101.

Corumbá III: projeto localizado no Rio Corumbá III, no estado de Goiás, com potência instalada de 93,60 MW. Participação: Neoenergia (60%), CEB (15%), CELG (15%) e EIT/Energ Power (10%). Consórcio construtor EIT e Energ Power. Entrou em operação comercial em 2009.

UHE Baixo Iguaçu: projeto localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná, com potência instalada de 340 MW. Participação: Neoenergia (90%) e Desenvix (10%). Consórcio construtor CNO e Voith Siemens. Contrato de concessão ainda não assinado.

UHE Belo Monte: projeto localizado no rio Xingú, no estado do Pará, com potência instalada de 11.233 MW. Participação acionária: 98% Grupo Eletrobras (CHESF, Eletronorte e Eletrobrás); 10,0 % Belo Monte Participações (Neoenergia); 10,0% Funcef/Cevix; 10,0% Petros; 1,0% Sinobras; 9,0% Vale ; 9,77% Amazônia Energia (Light+CEMIG); 0,25% JMalucelli

UHE Teles Pires: projeto localizado no rio Teles Pires, entre os estados do Pará e Mato Grosso, com potência instalada de 1820MW. Participação: 50,1% Neoenergia; 24,5 % Furnas, 24,5% Eletrosul e 0,9% Construtora Norberto Odebrecht.

Parque Eólico Calango 1, 2, 3, 4 e 5: projeto localizado no estado do Rio Grande do Norte, no município Bodó, com potência instalada de 30MW cada. Participação: 50% Neoenergia; 50% Iberdrola Renováveis.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

Parque Eólico Mel 2: projeto localizado no estado do Rio Grande do Norte, no município de Areia Branca, com potência instalada de 20MW. Participação: 50% Neoenergia; 50% Iberdrola Renováveis.

Parque Eólico Arizona 1: projeto localizado no estado da Bahia, no município de Eio do Fogo, com potência instalada de 30 MW. Participação: 50% Neoenergia; 50% Iberdrola Renováveis.

Parque Eólico Caetité 1, 2 e 3: projeto localizado no estado da Bahia, no município de Caetité, com potência instalada de 30 MW cada. Participação: 50% Neoenergia; 50% Iberdrola Renováveis.

Vale ressaltar que o governo não obteve êxito em efetuar ofertas de UHE´s em leilões de geração no ano de 2011 em função das dificuldades observadas para obtenção de licenciamento ambiental. A única UHE licitada no ano de 2011 foi a UHE São Roque, com potência instalada de 135 MW.

3) PCH com energia não comercializada em leilões

A Neoenergia adquiriu as autorizações das seguintes PCH´s para venda da energia no mercado livre.

		Total		Neoenergia	
Empreendimento	MW	Investimento (R$ MM)	Participação	MW	Investiment
Sítio Grande	25	130	100%	25	130
Palmeiral	10,9	122	100%	10,9	122
Jatobá	11,4	134	100%	11,4	134
Alto do Rio Grande	28	87	100%	28	87
Total	75,3	473		75,3	473

Sítio Grande: projeto localizado no Rio das Fêmeas, no estado da Bahia, com potência instalada de 25 MW com 100% de participação da Neoenergia.. Entrou em operação comercial em outubro de 2010.

Palmeiral e Jatobá: projeto localizado no Rio Grande, no estado da Bahia, com potência instalada de 11 MW e 10,6 MW, respectivamente, com 100% de participação da Neoenergia.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

Os empreendimentos estão em fase de elaboração de EIA/RIMA para obtenção da licença ambiental.

Alto do Rio Grande: projeto localizado no Rio Grande, no estado de Minas Gerais, com potência instalada de 27,9 MW com 100% de participação da Neoenergia. O empreendimento está em fase de obtenção da licença ambiental.

4) Empreendimentos em operação

Em 30 de dezembro de 2010, a Neoenergia assinou Instrumento Particular de compra e venda com a Iberdrola Energia S.A, adquirindo 100% das ações da empresa EnergyWorks do Brasil LTDA, Os projetos, além do fornecimento de vapor, suprem as empresas com energia adquirida das seguintes plantas: Kaiser Pacatuba (5,6 MW), Kaiser Jacareí (10,4MW MW), Brahma Rio (14,7 MW), Corn Balsa Nova (10,7 MW), Corn Mogi (34,9 MW) e PQU – Capuava (17,0 MW). O valor total da aquisição foi de R$150 milhões para Iberdrola Energia S.A.

PROJETOS PARA 2012

A Neoenergia encontra-se desenvolvendo novos projetos de geração e transmissão de energia elétrica divididos nas seguintes áreas: (i) PCH com projetos próprios, (ii) PCH com projetos adquiridos de terceiros, (iii) PCH - Estudos de Viabilidade, (iv) UHE's, (v) linhas de transmissão e (vi) empresas de distribuição.

(i) PCH com projetos próprios

A Neoenergia vem desenvolvendo inventário de duas PCH's localizadas no Estado da Bahia com potência instalada estimada de 36 MW e investimento previsto de R$ 216 milhões. Os projetos destas PCH's foram desenvolvidos originariamente da IBENBRASIL, controlada da antiga Guaraniana, extinta em 2004. Os projetos possuem o inventário do rio arquivado na ANEEL e estão em fase de desenvolvimento do projeto básico e obtenção da licença prévia. Adicionalmente foi assinada parceria para desenvolvimento da PCH Pedra Azul, localizada no estado de São Paulo.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

	Total			Neoenergia	
Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Investimento (R$ MM)	Participação	Potência Instalada (MW)	Investimento (R$ MM)
Licurioba	10,5	55	100%	10,5	55
Embassador	18,0	152	100%	18,0	152
Pedra Azul	30,0	142	80%	24,0	114
Total	59	349		53	321

(ii) PCH com projetos a serem adquiridos de terceiros

A Neoenergia monitora oportunidades constantes de obtenção de projetos de PCH's nas regiões Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

(iii) PCH Estudos de inventários de rios

Com a mudança da regulamentação em dez08, abriu-se uma nova oportunidade para empreendedores do porte da Neoenergia (anteriormente, a legislação limitava a acesso). Desta forma, estão sendo identificados rios e eventuais parceiros com potencial atrativo para realização de estudos de inventário, com o objetivo de desenvolvimento de projetos básicos para posterior obtenção das autorizações sem ser necessário o pagamento de prêmios para sua aquisição. Os estudos de Inventário que a Neoenergia possui registro ativo atualmente são:

- Rio Corrente, localizado no estado da Bahia.
- Rio Jequitinhonha e Araçuaí – localizado no estado de Minas Gerais.

(iv) Usinas Hidroelétricas (UHE)

Devido à falta de projetos ofertados pela EPE, a Neoenergia resolveu por desenvolver um plano de médio prazo para estudar projetos de UHE´s no Brasil. Para tanto, entrou em diversas parcerias para efetuar estudo de inventário de rios e de viabilidade de UHE´s.

Conforme demonstrado abaixo, estes estudos totalizam 9.358 MW de potência instalada e, caso viabilizados, previsão de investimentos de R$ 29 bilhões.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

	Localização	Potência (MW)	Investimento		Participação mínima Neoenergia	Potência (MW)	Investimento Neoenergia (R$mil)
			(R$mil)	Ano Base			
Cachoeira do Caldeirão	AP	219	1.477.000	Dez/2010	51%	111,7	753.270
Itapiranga	RS/SC	724,6	2.878.000	Jul/2008	51%	369,5	1.467.780
Davinópolis	GO/MG	74	511.000	Out/2008	51%	37,7	260.610
Paraíso	GO	31	232.000	Out/2008	51%	15,8	118.320
Travessão	MG	38	261.000	Out/2008	51%	19,4	133.110
Jequitinhonha	MG	990	3.300.000	Jun/2010	51%	504,9	1.683.000
Jamaxim	PA/AM	881	1.938.000	Dez/2007	51%	449,3	988.380
Cachoeira dos Patos	PA/AM	528	1.480.000	Dez/2007	51%	269,3	754.800
São Luiz do Tapajós	PA/AM	6133	18.160.000	Dez/2007	51%	3127,8	9.261.600
Jatobá	PA/AM	2338	7.857.000	Dez/2007	51%	1192,4	4.007.070
Chacorrão	PA/AM	3336	8.454.000	Dez/2007	51%	1701,4	4.311.540
Cachoeira do Caí	PA/AM	802	2.017.000	Dez/2007	51%	409,0	1.028.670
Jardim do Ouro	PA/AM	227	980.000	Dez/2007	51%	115,8	499.800
Foz do Apiacás	MT	230	749.000	Dez/2008	51%	117,3	381.990
Água Limpa	MT	219	1.100.000	Jul/2007	51%	111,7	561.000
SINOP	MT	400	1.893.000	jul/2010	51%	204,0	965.430
Telêmaco Borba	PR	120	328.350	Dez/2004	51%	61,2	167.459
São Manoel	MT/PA	740	2.215.001	Dez/2009	51%	377,4	1.129.650
Pedra Branca	PE/BA	320	1.050.000		51%	163,2	535.500
TOTAL		18350,6	56.880.351			9358,8	29.008.979

(v) Transmissão

A Neoenergia vem analisando oportunidades de adquirir projetos no próximo leilão de transmissão, tendo a expectativa que o mesmo ocorra ainda no primeiro semestre de 2012.

Devido às sinergias existentes, o foco principal da Neoenergia será a aquisição da concessão, através do leilão de transmissão, da conexão do complexo de geração da bacia do rio Teles Pires ao Sistema Interligado Nacional – SIN., a previsão de investimento do projeto é de 3,8 bilhões, conforme informações divulgadas pela ANEEL. A Neoenergia elaborou o R2 (Estudos de sistemas Energéticos Elétricos) e R3 (Estudos Ambientais) para as Linhas de Transmissão do complexo Teles Pires, O custo do estudo foi de R$598 mil.

Adicionalmente, a Neoenergia vem analisando a possibilidade de aquisição da concessão, através do leilão de transmissão, da Subestação Pirajá 230/69 kV e linhas de transmissão 230 kV Camaçari IV – Pituaçu – Pirajá.. O estudo deste lote foi elaborado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

Além das novas aquisições através dos Leilões de Transmissão, estão autorizados os seguintes reforços:

- SE Narandiba - Implantação de um terceiro transformador trifásico 230/69 kV, 100 MVA , com investimento previsto de R$14,5 milhões.
- Tomba/ Governador Mangabeira - construção de 1,055 km de circuito duplo com um condutor por fase do tipo CAA 636 MCM GROSBEAK e dois cabos pararraios por fase de aço 7,94 mm2, com investimento previsto de R$ 112,6 mil.
- LT 230 kV Camaçari II/ Polo C1/C2 - Remanejamento para a futura Subestação Camaçari IV, com a construção de 0,3 km com cabos GROSBEAK, 636 MCM, com investimento previsto de R$124,2 mil.
- Subestação Camaçari IV - instalação de dois módulos de entrada de linha 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para os dois circuitos remanejados da SE Camaçari II; acréscimo de Infraestrutura de Módulo Geral pela instalação dos dois módulos de entrada de linha 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, com investimento previsto de R$6,8 Milhões.

(vi) Distribuição

A Distribuição no setor elétrico mundial é orientada por ganhos de escala, ou seja, concentração de ativos nas mãos de poucos investidores. Nos próximos anos existe a expectativa de aquisições/fusões na área de distribuição de energia elétrica do Brasil.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

CONCLUSÃO

A Neoenergia no ano de 2010 adquiriu a concessão e autorização para as UHE´s Belo Monte (10%) e Teles Pires (51%) com investimento total no valor de R$ 4,5 bilhões e de 10 parques eólicos em parceria com a Iberdrola. Adicionalmente, adquiriu 100% as ações da EnergyWorks do Brasil LTDA pelo valor de R$ 150 milhões.

A Neoenergia possui no balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2011 o montante de aproximadamente R$ 4,5 bilhões em disponibilidade e uma forte expectativa de geração de caixa para os próximos anos.

A Administração da Neoenergia reitera sua intenção de adquirir a concessão de novos empreendimentos motivo pelo qual propõe a destinação de R$ 737,0 milhões do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2011 para a reserva de retenção de lucros.

Tendo em face que os estudos de viabilidade serão concluídos entre o biênio 2011/2012, e a construção das usinas terão prazo de 3 a 5 anos, o plano de investimento da Neoenergia poderá ser estendido por prazo superior a 5 anos.

A Administração da Neoenergia propõe ainda que, caso não obtenha sucesso na aquisição de novos empreendimentos, analisará a convocação de uma Assembléia Geral Extraordinária para deliberar novamente sobre a distribuição da reserva retenção de lucros.

A Administração

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração **da Neoenergia S.A.,** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Neoenergia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de a com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Neoenergia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado

Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanços sociais.

Com fundamento nas análises realizadas e no Parecer dos Auditores Independentes, opina este Conselho no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2012.

Walter Malieni Junior

Presidente

Carlos Magno Jobim

Nilson Martiniano

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Neoenergia S.A..

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2012

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Diretor Presidente

Erik da Costa Breyer

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Emilio Schneider

Diretor Executivo de Geração

Gonzalo Gomez Alcântara

Diretor Executivo de Distribuição

Lady Batista de Morais

Diretora Executiva de Recursos Humanos

Paulo Roberto Dutra

Diretor Executivo de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora Executiva de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Neoenergia S.A..

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2012

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Diretor Presidente

Erik da Costa Breyer

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Emilio Schneider

Diretor Executivo de Geração

Gonzalo Gomez Alcântara

Diretor Executivo de Distribuição

Lady Batista de Morais

Diretora Executiva de Recursos Humanos

Paulo Roberto Dutra

Diretor Executivo de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora Executiva de Regulação

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Inclusão do orçamento de capital.
3	Alteração da Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras
3	Alteração da Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Parecer dos Auditores Independentes.